

Assuntos abordados

1 – As origens da sociologia como ciência

- 1.1. O que é Sociologia?
- 1.2. A historicidade das Ciências Humanas
- 1.3. Sociologia das organizações

2 – Auguste Comte e Émile Durkheim – História e desenvolvimento da sociologia.

- 2.1. Sociologia Clássica
- 2.2. Quais suas contribuições para a sociologia e as demais ciências humanas?

3 – Karl Marx e a sociologia do conflito (1818-1883)

- 3.1. A sociologia do conflito
- 3.2. Contribuições teóricas do pensamento de Marx

4 – Max Weber e a sociologia compreensiva (1864-1920)

- 4.1. Quem foi Weber?
- 4.2. Qual a contribuição de Weber para a sociologia?

5 – O conceito de cultura

- 5.1. O que é cultura?
- 5.2. A polissemia do conceito de cultura
- 5.3. Da natureza à cultura
- 5.4. O determinismo biológico
- 5.5. O determinismo geográfico
- 5.6. Evolucionismo, etnocentrismo e relativismo cultural
- 5.7. Cultura e cidadania

6 – Indústria cultural e cultura de massa

- 6.1. O que é indústria cultural?

7 – Movimentos sociais e ideologia

- 7.1. Por que os movimentos sociais são importantes para uma determinada sociedade?
- 7.2. Qual a representatividade dessas manifestações e dos conflitos que estas evidenciam para o desenvolvimento e as mudanças sociais?
- 7.3. O que vem a ser ideologia?

8 – Identidade nacional

- 8.1. A identidade nacional
- 8.2. Brasil, um laboratório racial: os teóricos da identidade
- 8.3. Elementos alçados à condição de “tipicamente” nacionais
- 8.4. Zé Carioca: a personagem que sintetiza a identidade nacional
- 8.5. A mestiçagem como mácula

Ementa

A intenção desta disciplina é iluminar uma variedade de focos temáticos pertinentes a sociologia clássica e contemporânea e à Contemporânea, especialmente no que concerne às relações entre economia, política, cultura e sociedade, a partir de um olhar sociológico comprometido em revelar o potencial heurístico advindo desses entrelaçamentos gestados nos cenários moderno e contemporâneo, o que implica a consideração de suas diferentes formas de manifestação. Analisaremos o pensamento dos clássicos da Sociologia, quais sejam Durkheim, Marx e Weber, bem como os significados da ideia de identidade nacional, pensando especialmente no caso brasileiro.

Por serem temas que enfeixam e incitam uma multiplicidade interpretativa, será indispensável buscar subsídios teóricos capazes de fornecer elementos que possibilitem balizar nossas discussões, aparar arestas, reconhecer simplificações e equívocos teóricos, afastar ideias como as de essencialismo e atemporalidade, o que será empreendido através da consideração dos processos de construção histórico e social que fomentaram o surgimento das sociedades moderna e contemporânea, processos estes que, por sua vez, atuam como chave interpretativa profícua para a compreensão do mundo atual.

1 – As origens da sociologia como ciência

Conteúdo



- O que é sociologia
- Historicidade das Ciências Humanas
- Sociologia das organizações

Objetivos



- Conhecer o contexto histórico do surgimento da sociologia e sua relevância enquanto ciência
- Compreender e distinguir as diferenciações entre a metodologia científica das Ciências Humanas em relação às Ciências Exatas e Naturais.
- Compreender a relevância da sociologia para a formação do bacharel em Ciências Contábeis.

Introdução

Acredito que todos já ouvimos falar desta ciência em algum momento, direta ou indiretamente, até quando nos deparamos com questionamentos cotidianos sobre nossa realidade, os quais muitas vezes não entendemos, como, por exemplo as relações entre Política, Economia e Cultura. Será que existe alguma relação entre desigualdade social e bagagem cultural? E por que isso ocorre?

Tais questionamentos podem ser investigados e elucidados quando conhecemos um pouco de sociologia. É esta contribuição que a disciplina pretende dar a você, futuro contador, que estará intimamente ligado aos problemas sociais existentes no cotidiano de uma empresa, de uma instituição pública etc. Será muito importante que dentre suas habilidades e competências exista a capacidade de reconhecer as inter-relações entre o indivíduo e seu meio social, para que você possa conhecer melhor o ambiente em que vai trabalhar.

A disciplina Sociologia também vai permitir que você compreenda o papel das políticas sociais e outros elementos sobre os quais é preciso refletir e analisar para construir uma visão social que entende, critica e propõe iniciativas para melhorar a vida das pessoas.

Para isso, é preciso saber como essa ciência se originou e se consolidou.

1.1. O que é Sociologia?

A sociologia é uma ciência e seu surgimento e sua consolidação como tal, juntamente com suas especificidades e métodos próprios de investigação, diferenciam-na dos saberes do senso comum, aqueles proferidos por todos nós quando analisamos nossos comportamentos e experiências interpessoais. Entendemos como senso comum ou conhecimento espontâneo o conhecimento que se acumula no nosso cotidiano (cheio de certezas e explicações imediatas) e que é transmitido de geração a geração por meio de nossos hábitos, costumes e tradições. Dessa maneira, acabamos re-produzindo ideias que não são nossas, mas que assimilamos e tomamos como verdadeiras, por isso, temos sempre uma opinião a respeito de assuntos que muitas vezes nem conhecemos.

O homem sempre se preocupou em compreender a si mesmo e o universo, mas foi somente no século XVIII, com uma série de eventos que ocorreram na Europa, transformando profundamente as estruturas da sociedade, suprimindo os pilares do velho regime feudal, incluindo o movimento intelectual do Iluminismo na França, que a “Ciência” pôde se impor como uma maneira de pensar o mundo isenta dos pressupostos determinantes da religião e da tradição. Neste período, ocorreu também uma profunda valorização do homem voltada para a crença na razão humana e nos seus poderes.

Mais tarde, já no século XIX (1801-1900), com a Revolução Francesa, o pensamento sistemático sobre o mundo social foi acelerado, assim como a necessidade dos homens de compreender os inúmeros problemas sociais decorrentes do processo de industrialização. Sendo assim, podemos dizer que a sociologia surgiu sob condições de mudança que derivavam principalmente do declínio do feudalismo, do fortalecimento do comércio e do surgimento de novos papéis sociais/especialização. Enfim, com a consolidação do sistema capitalista de produção, surgia uma nova mentalidade, em que a razão e o saber se voltavam para o mundo terreno.

As ciências existentes não apresentavam explicações convincentes ou até mesmo o instrumental necessário para a compreensão de todas estas mudanças. Surge, então, a necessidade de uma nova ciência (utilizando o mesmo referencial das ciências naturais) para tentar fazer isso.

Tal como afirma Turner (2003, p. 14), o objetivo da sociologia é tornar essas compreensões cotidianas mais sistemáticas e precisas, pois essas percepções vão além de nossas experiências pessoais. A sociologia busca compreender todos os símbolos culturais que os seres humanos usam e criam para interagir e organizar a sociedade. “É o estudo dos fenômenos sociais, da interação e da organização social.” De forma diferente do que as outras disciplinas fazem, ao estudar os aspectos sociais da vida do homem, a sociologia estuda o fato social em sua totalidade. Ou seja, a visão sis-

têmica do pesquisador deve lhe dar condições de perceber que cada ação social não está isolada na sociedade, e sim faz parte de um todo interligado, interferindo e sofrendo interferências.

Para o sociólogo, o fato social é estudado não porque é econômico, jurídico, político, educacional ou religioso, mas porque é “social” e inclui tudo isso independentemente da especificidade de cada um. O pressuposto básico de uma análise sociológica é que a vida dos seres humanos é composta por várias dimensões que se desenvolvem com o processo de interação social. Justamente estas interações sociais é que são o objeto central de estudo da sociologia. (DIAS, 2005).

O nome sociologia foi proposto por Auguste Comte, em substituição ao termo Física Social, acreditando ser possível submeter a Ciência da Sociedade aos mesmos pressupostos metodológicos advindos das Ciências Naturais. Acreditava também que descobrir as leis da organização da sociedade poderia significar a reconstrução de uma estrutura social mais humana. Seu pensamento enfatizava a sociedade europeia como exemplo de evolução, defendendo a proposta da ordem e do progresso em oposição aos conflitos sociais presentes neste contexto (influência do positivismo).

De seu surgimento até os dias atuais, muitos teóricos e pesquisadores deram suas contribuições ao campo de estudos da sociologia. Veremos, ao longo deste curso, três principais autores: Durkheim, Marx e Weber.

A sociologia é hoje uma área ampla e diversificada, que analisa todas as nuances da cultura, da estrutura social, do comportamento, da interação e da mudança social.

1.2. A historicidade das Ciências Humanas

Se no contexto de seu surgimento a Sociologia buscou como referencial e modelo de investigação o que era praticado pelas Ciências Naturais, a diferenciação entre ambas se fez um dos grandes problemas enfrentados pelos pesquisadores ao longo da sua consolidação como campo científico e investigativo.

De um modo geral, podemos dizer que as ciências humanas se diferenciam das Ciências Naturais pelo fato de o homem ser ao mesmo tempo sujeito e objeto de investigação. Quando estudamos a sociedade, o comportamento social e as várias formas de interação social, somos, ao mesmo tempo, os investigadores da realidade social e os membros que compõem esta mesma realidade.

Além disso, as ciências humanas possuem critérios específicos e determinantes, diferentes dos que são utilizados nas Ciências Naturais e Exatas. O primeiro é o da **historicidade**. O que isto significa? Significa que o ser humano é histórico: que a noção de tempo (e as mudanças que dele resultam) é fundamental para compreendermos sua trajetória e é sua evolução secular que permite ao homem entender o **homem**.

Dito isso, concluímos: a **temporalidade** e a **concretude** são características fundamentais das Ciências Humanas.

Exemplo: quanto mais a ciência se matematiza, mais ela se torna abstrata, exata e precisa, e mais possui um caráter atemporal, universal. Quanto mais histórica, mais ela se torna imprecisa e ampla e mais possui um caráter individual, concreto, temporal. Enquanto as Ciências Exatas apresentam uma noção praticamente nula de tempo, trabalhando com base em estruturas (esquemas de longa duração), as Ciências Humanas e Sociais trabalham com base em eventos, com uma noção de tempo de curta duração (circunstâncias, processos, contextos). Ou seja, as realidades históricas possuem esta característica intrínseca de estarem sempre mudando, podendo ser influenciadas pelas mãos do homem.

Outro exemplo: quando estudamos as regras da matemática, da química ou da física, não importa se estamos no Brasil da década de 1980 ou na Austrália dos dias de hoje, pois elas serão sempre as mesmas ou com poucas modificações.

Sendo assim, haverá sempre certa dose de **subjetividade** presente no desenvolvimento das Ciências Humanas, porém, tal como afirma Florestan Fernandes, as Ciências Sociais não podem ser

confundidas com o senso comum, pois se baseiam em um conhecimento racional crítico e reflexivo acerca dos valores que garantem a manutenção do *status quo* (estado de coisas vigente), estabelecendo um papel de conscientização e desmitificação da realidade que é justamente o oposto daquele exercido pelo senso comum que leva ao conformismo.

Podemos perceber o que está por trás das aparências e, assim, compreender melhor a realidade que nos cerca para podermos intervir de modo mais consciente, reflexivo e crítico. É esta a grande função das Ciências Humanas e Sociais que você está vendo neste semestre, que são a sociologia, a filosofia, a história e a psicologia.

É importante lembrar que, tal como afirma Berger (1982), “a Sociologia não é uma ação, e sim uma tentativa de compreensão da realidade social”.

1.3. Sociologia das organizações

Sempre que nos é proposto algo novo, inevitavelmente nos questionamos sobre os objetivos e as contribuições efetivas que poderá nos proporcionar. Você deve estar fazendo este mesmo exercício reflexivo em busca de compreender a relação entre a disciplina Sociologia e a sua proposta de se tornar um bacharel em ciências contábeis. Como esta disciplina e o estudo desta ciência podem contribuir para sua formação?

A resposta a esta questão está relacionada à própria história e ao surgimento da sociologia enquanto ciência.

A sociologia surgiu no século XIX, em decorrência das profundas transformações sociais oriundas do processo de industrialização no mundo e, conseqüentemente, da própria evolução histórica do sistema capitalista.

O adeus à estrutura feudal baseada na agricultura e o domínio da nobreza davam lugar ao sistema capitalista e seus principais agentes: empresários e operários.

Esta nova dinâmica social trazida pelo surgimento da indústria deu à sociologia a tarefa inicial de buscar compreender a dinâmica da relação entre empresários e operários e o surgimento das organizações empresariais.

É assim que surge a análise crítica da sociologia. Esta crítica é um olhar despojado do senso comum e sua função é realizar uma análise social, portanto este olhar sociológico visa a certificar-se de argumentos científicos, basear-se em dados e estatísticas para só então efetivar-se enquanto análise.

É visível, portanto, a relação existente entre a sociologia e o estudo das organizações privadas, públicas ou sociais. O foco desta ciência não está no estudo do indivíduo. Para a sociologia, os atores efetivos das relações econômicas, políticas e sociais são dados pelas organizações instituídas em sociedade e, obviamente, os indivíduos pertencem a estas organizações, mas não são analisados isoladamente por esta ciência.

O conceito de organização, mesmo tendo como base a sociologia, possui vínculos claros com outras ciências, como a antropologia, psicologia, administração e economia.

Estamos falando aqui das organizações burocráticas. Não entendam a palavra burocracia aqui em seu sentido negativo, pois em sua origem a palavra apenas designa o sentido de sistema social administrado. Estes sistemas sociais administrados, ou organizações burocráticas que atualmente chamamos de empresas, começaram a ser estudados primeiramente com o foco voltado para a compreensão da racionalização do processo de trabalho. Nesse momento inicial do estudo das organizações, ainda não eram levados em conta todos os fatores de influência externa, como, por exemplo, os grupos informais que poderiam interferir no processo de trabalho.

A partir das décadas de 1930 e 1940, psicólogos descobriram que as organizações não estavam afastadas de receber influências de motivos individuais mais complexos. O que os psicólogos apontavam é que os estudos anteriores não estavam considerando as organizações burocráticas como uma unidade social.

[...] entre os primeiros que estudaram a organização como uma unidade de interesse estavam Barnard e Selznick¹, que observavam que as organizações não eram somente sistemas de produção técnica, mas também sistemas sociais adaptáveis que buscavam sobreviver em seu meio ambiente. (DIAS, Reinaldo.2008, p.06).

Acredito, portanto, que neste ponto você começa a compreender o porquê de estudar sociologia no curso de Ciências Contábeis. Está claro que o universo de atuação do bacharel em ciências contábeis será o das organizações burocráticas e você, inevitavelmente, não estará imune a todas as relações complexas que se dão no seio de qualquer organização.

A questão organizacional é, com certeza, uma das dimensões essenciais da empresa e é por este motivo que a sociologia direciona-se também ao estudo das organizações. Claro que, além de estudar as organizações formais, como as empresas a sociologia também estuda as não formais como as próprias organizações criminosas, por exemplo.

Foi possível perceber, portanto, que o campo de estudo é abrangente. Mas o que importa é compreender a ciência sociológica como ferramenta para podermos compreender todas as estruturas sociais, uma vez que fazemos parte delas.

De forma geral, é consenso que os sociólogos são vistos como os cientistas que enfocam a estrutura e o funcionamento dos sistemas sociais dentro de uma variedade de contextos organizacionais. Desta maneira, pode-se concluir que a interação social é o alvo principal da indagação sociológica, como afirma Dean Champion (1985, p.03).

Nas organizações sociais do passado, tínhamos a família, a tribo, o clã, o feudo, a empresa familiar de caráter artesanal, agrário e, às vezes comercial. De todos os sistemas sociais do mundo moderno, apenas a família perpetua, mas, mesmo assim, muito modificada. Todos os outros sistemas citados desapareceram, dando lugar às grandes empresas, ao Estado moderno, que possui uma intensa gama de serviços, escolas, clubes, igrejas e associações de classe.

Pense em você mesmo: se não trabalhar por conta própria, deve ser funcionário de uma organização; você estuda, portanto também pertence a mais uma organização, se defender uma causa ou uma ideologia também deve pertencer a uma associação; e se tiver uma religião, também deve frequentar uma organização. Todas elas se entrecruzam em sua vida, em relações ora de cooperação ora de conflito. Não é exagero, portanto, afirmar que a sociedade moderna se caracteriza pelas organizações e que a predominância deste sistema social é altamente significativa em nossas vidas.

Um outro fator que marca a importância das organizações no mundo moderno é que estas desempenham papel fundamental na busca pelo desenvolvimento econômico, político e social. O desenvolvimento é um processo que não está desassociado das transformações sociais geradas pelas organizações. Digo isso porque o princípio da eficiência é o foco destas organizações burocráticas, diferentemente de um sistema social qualquer que não precisa necessariamente ser produtivo. Por isso, o primeiro objetivo de administrar uma empresa é aumentar sua eficiência e isto por si só justifica a importância das organizações burocráticas uma vez que a noção de produtividade é oriunda delas mesmas e que não pode haver desenvolvimento sem esta relação entre esforço e resultado ser efetivada. Isso tudo sem descartar que o verdadeiro desenvolvimento ocorre com o processo de aumento da renda per capita.

Vimos então que há uma estreita correlação entre o surgimento e crescimento das empresas com o crescimento das organizações, e o momento histórico que alavancou todo este processo foi a Revolução Industrial.

As nações vem baseando o seu progresso nesta capacidade de organização das atividades humanas.

¹ O autor está se referindo a Bernard (1971), As funções do executivo, e Selznick (1973), Fundamentos da teoria da organização.

São três pontos de vista a compreendermos nesta forma de organizar as atividades humanas:

1. O ponto de vista do indivíduo: neste caso o estudo está direcionado às pessoas que pertencem à organização e o seu comportamento nela. Ou seja, o estudo analisa a sua atuação, o grau hierárquico a que pertence, o seu grau de envolvimento e comprometimento com a organização, a motivação, a cultura adquirida, a identificação que esse indivíduo possui com a organização.
2. Este ponto de vista diz respeito ao estudo da própria organização, considerando-a em sua complexidade. Serão analisados neste enfoque a estrutura da organização (hierárquica, física, relações de poder etc.), os subsistemas da organização (normas, técnicas, comunicação etc.), a ideologia (missão, metas, objetivos), bem como o ambiente externo em que se verifica a influência das demais organizações sociais sobre a organização que estamos estudando.
3. O terceiro ponto de vista diz respeito ao estudo da ação da organização na sociedade. Neste ponto, a análise a ser feita considera a organização como um ator social, partindo-se do pressuposto de que as organizações burocráticas, ou seja, empresariais, são agentes de transformações sociais, econômicas e até mesmo culturais, uma vez que podem incluir mudanças no seio da sociedade por meio da relação estabelecida com o seu público externo (instituições públicas, privadas, terceiro setor, comunidade em que atua fornecedores, consumidores etc.).

Dessa forma, é possível verificar comportamentos que se repetem nessas organizações e devemos nos pautar em algumas generalizações que nos servem como forma de explicação para o comportamento organizacional. Obviamente, este é um processo próprio de pesquisa da sociologia das organizações, que parte muitas vezes do estudo de caso (estudo específico de uma empresa ou de uma situação).

Os estudos de caso contribuem para elaboração de teorias e, desta forma, é possível realizar diagnósticos e explicar detalhadamente os processos que podem contribuir para a melhoria da gestão organizacional.

Obviamente, para compreender um estudo de caso de uma empresa, por exemplo, é necessário contextualizar a organização, a estrutura maior à qual pertence (a sociedade), pois é ela quem condiciona a empresa a adotar uma ou outra estrutura, a adquirir um ou outro processo e a buscar seus fins.

Para concluir

Veremos a seguir uma atividade de reflexão que visa a reforçar o conteúdo discutido nesta aula: leia os dois trechos e elabore uma possível resposta às questões propostas.

A Revolução Industrial teve consequências dramáticas para todos os grupos de trabalhadores. Os operários nas fábricas, os camponeses na terra, todos tinham que se ajustar a um modo de vida inteiramente novo (...) os trabalhadores achavam difícil adaptarem-se à disciplina imposta pela fábrica (...) nenhum dos acontecimentos do século XIX ocorreu de forma tão impositiva como a instauração da sociedade do trabalho. (MARX, O Capital)

É neste novo contexto social que a Sociologia surge, como uma ciência reguladora, que deveria organizar e explicar o caos resultante da instauração de um novo sistema de organização social: o capitalismo.

O espírito científico é, antes de mais nada, uma atitude ou disposição subjetiva do pesquisador em busca de soluções sérias, com métodos adequados, para o problema que enfrenta. Essa atitude não é inata na pessoa; ao contrário disso, é conquistada ao longo da vida, com regras e método. Ela pode e deve ser aprendida. A objetividade é a condição básica da ciência. O que vale não é o que uma pessoa pensa ou imagina, mas o que a ciência é capaz de comprovar. (CERVO, 2001, p. 17)

Expandindo conhecimentos

Para pesquisar, procure informações sobre os chamados **ismos** do século XIX. Estes serão conceitos importantes para nossas próximas atividades:

- Positivismo
- Funcionalismo

Filme

- *A lenda do cavaleiro sem cabeça*

Neste filme, você deverá, sobretudo, observar as dificuldades da ciência em se tornar um conhecimento possível de ser compreendido e de fácil acesso para as pessoas. O pensamento científico foi se construindo aos poucos, impondo-se como novo campo de pesquisa e produção de conhecimento e mudança social.

2 – Auguste Comte e Émile Durkheim – História e desenvolvimento da sociologia.

Conteúdo



- História e desenvolvimento da sociologia
- A sociologia clássica
- Contribuições da sociologia e demais ciências humanas

Objetivos



- Conhecer o desenvolvimento científico da sociologia
- Identificar a importância de pensadores como Auguste Comte e Émile Durkheim para a consolidação da sociologia como ciência
- Relacionar os conceitos apresentados à realidade social e econômica atual.

Introdução

Este capítulo tratará do pensamento de Émile Durkheim, das características de suas obras e da importância do seu pensamento para a sociologia.

Além disso, abordaremos as relações entre a sociedade e o indivíduo, à luz do positivismo e do funcionalismo, correntes filosóficas que fundamentaram o pensamento de Durkheim.

2.1. Sociologia Clássica

Os sociólogos tentam responder a inúmeras perguntas sobre a ação dos indivíduos em sociedade, suas formas de comportamento e interação, relações de interdependência, conflito, cooperação, ou seja, procuram compreender as estruturas sociais, os papéis sociais e os movimentos sociais.

Como qualquer outra ciência, a sociologia apresenta diferentes vertentes, tendências e interpretações. Mas podemos afirmar que ela está subdividida em três conjuntos de vertentes:

- aquelas que apresentam proximidade com as ciências físicas e naturais (como o caso de Durkheim que veremos agora).
- as que se aproximam da História e privilegiam um enfoque mais qualitativo (como Marx).
- as que predominam o circunstancial, o cotidiano (como Michel de Certeau).

Neste momento, iremos descrever algumas das características presentes no pensamento de um importante autor: Émile Durkheim. Ele viveu, como os demais pensadores de sua época, num mundo de marcantes mudanças e transformações, em que a sociedade capitalista nascente vinha destruir velhas instituições e velhos valores feudais. Neste contexto, Durkheim expressava sua preocupação em estabelecer uma nova ordem social.

Nosso objetivo principal é identificar qual a importância de Durkheim para a consolidação da sociologia como ciência. Para isso, façamos as seguintes considerações: o pensador que fundou a Sociologia como ciência foi Auguste Comte (1798-1857), que, ainda sob a herança francesa do Iluminismo, desenvolveu, em uma de suas obras (*Curso de filosofia positiva*), os pressupostos de uma disciplina dedicada ao estudo científico da sociedade, chamada então de Física Social. Sua principal contribuição foi defender a criação e a aceitação de uma ciência nova e legítima como área de estudo.

Como o próprio título deste capítulo já afirma, Auguste Comte (1798 – 1857) foi o precursor das reflexões sociais baseadas na realidade empírica, ou melhor, na realidade histórica de sua própria época e esta era marcada pelo confronto entre a antiga ordem feudal e a vigente ordem capitalista.

Auguste Comte tinha sob seus olhos um momento de grandes transformações sociais, culturais e econômicas para analisar, e sua análise buscava compreender todas essas transformações e levá-las a um ponto em comum que seria a unidade humana e social. Aliás, o sociólogo levou a questão da unidade da história humana tão a sério que é possível dizer que encontrava até certa dificuldade para compreender o outro lado desta unidade, que é exatamente a diversidade humana.

Esta unidade social estava diretamente relacionada à questão da sociabilidade humana, que só era possível devido a um consenso da coletividade em seu próprio modo de pensar. Isto, segundo o sociólogo, estava configurado na própria forma que a sociedade, enquanto unidade, encontrava para fazer suas representações de mundo e suas próprias crenças. O interessante de toda esta análise é que ela entrava em conflito com a própria sociedade da época, pois como seria possível falar em unidade social em um momento histórico em que a própria ascensão da burguesia ressaltava as diferenças?

Auguste Comte acreditava na sociologia como uma ciência física-social. Seu pensamento atrelado ao pensamento positivista, indicava que a própria industrialização levaria a uma reorganização de novas bases consensuais, ou seja, haveria um novo consenso entre os grupos, o que unificaria novamente a sociedade em uma nova ordem social direcionada e otimizada para o desenvolvi-

mento. Obviamente, Comte não deixava de enxergar que a sociedade industrial necessitava passar por mudanças significativas, mas, para ele, a sociologia não era uma análise passiva, muito pelo contrário, para Comte esta ciência, ao estudar, explicar e intervir nos fatos da sociedade, funcionava como ordenador da sociedade, um rumo dado ao progresso contínuo.

Neste período, séc. XIX, fortemente influenciado pelo positivismo defensor do conservadorismo e da coesão social e pela crença da ciência como verdade, o problema central para a Sociologia (termo modificado de Física Social) era compreender como a sociedade deve ser mantida diante da complexidade. Ou seja, mediante as inúmeras mudanças decorrentes do processo de diferenciação e especialização da industrialização, como assegurar a união entre os indivíduos? Segundo ele, isto seria possível devido à importância das ideias comuns como força unificadora.

No caso de Durkheim (1858-1917), é importante salientar o momento histórico que marca o surgimento e a consolidação de sua teoria: o período pós-Revolução Industrial, caracterizado pela desordem, pela anarquia política e moral, além da substituição no sistema de valores da sociedade, a urbanização e as alterações com o sistema de poder.

A sociologia surge no bojo destas profundas transformações em âmbito político, social, econômico e cultural, para explicar as contradições geradas a partir da consolidação do sistema capitalista e suas crises sociais. Deveria, portanto, tornar-se uma ciência que estruturaria a forma de organização obtida com o capitalismo.

A “consciência coletiva” seria, portanto o cimento social capaz de regularizar os pensamentos e ações dos indivíduos mediante as mudanças sofridas pelas sociedades. Ou seja, os sistemas de símbolos culturais (valores, crenças, dogmas, ideologias) são a principal base para a integração da sociedade e estes são constantemente modificados pelo seu desenvolvimento.

Seguindo esta linha de questionamentos, um dos seguidores da tradição francesa, Émile Durkheim (1858-1917), foi o responsável pela definição de vários conceitos fundamentais para a institucionalização da disciplina Sociologia, inclusive delimitando seu objeto de estudo e determinando uma metodologia que pudesse ser aplicada, a fim de garantir a legitimidade do conhecimento por ela produzido.

Durkheim adotou uma postura teórica funcionalista, ou seja, as explicações para os acontecimentos sociais devem ser buscadas na satisfação de alguma necessidade/função social. O indivíduo é importante enquanto cumpre uma função e a exerce para o bom funcionamento da sociedade, assim como as demais instituições sociais (organicismo). Dentre as principais contribuições de Durkheim para o desenvolvimento e consolidação da sociologia destaca-se a definição de conceitos como consciência coletiva, fato social, solidariedade orgânica e mecânica, além das regras do método sociológico (aproximando as ciências humanas e naturais).

2.2. Quais suas contribuições para a sociologia e as demais ciências humanas?

A preocupação de Durkheim era delimitar o objeto da sociologia e definir um método, uma forma sistematizada de agir metodologicamente por meio de regras de observação fundamentadas na racionalidade, na objetividade; a fotografia da realidade que visava à vinculação dos fenômenos sociais a leis invariáveis, tal como ocorria com os fenômenos naturais. Nesse sentido, o conhecimento científico partia do senso comum, mas sofria um processo de depuração e eliminação dos juízos de valores do pesquisador e de suas influências subjetivas.

Foram fundamentais para a construção de sua metodologia a proliferação e o amadurecimento dos ideais iluministas de racionalidade e objetividade, principalmente a crença em que a sociedade capitalista industrial personificaria o progresso e o desenvolvimento da humanidade, além de ter se desligado das questões do espírito e da revelação. As tendências evolucionistas estão presentes em seu pensamento, pois, acreditando ser a sociedade capitalista o estágio mais avançado do desenvolvimento, bastava apenas reordená-la.

Com tal perspectiva, Durkheim se limitou a compreender o capitalismo de sua época, sem buscar criticá-lo ou transformá-lo. Este fato faz de sua Sociologia a característica de não criticidade, sob a pretensão de “neutralidade científica”, defendendo a manutenção de uma ordem social capitalista.

O importante para Durkheim era a instauração da harmonia, a organização do sistema a partir do equilíbrio e do bom funcionamento social, para isso utilizava as ideias organicistas ou sistêmicas (percebe a sociedade como um corpo biológico que necessita ser conhecido para que se possa apresentar a cura para as doenças) e a comparação biologizante para pensar a sociedade como um organismo e as instituições como órgãos. A investigação da realidade deveria ser feita a partir de instrumentos objetivos inócuos e suas descobertas mensuradas, testadas e até mesmo experimentadas, desenvolvendo técnicas de depuração, experimentação e controle, no sentido de alcançar a mesma objetividade das Ciências Exatas.

Ao definir fato social, Durkheim (1973) deliberou sobre a criação do objeto “genuíno” de estudo da sociologia: tudo aquilo que existe fora das consciências individuais é coercitivo, definidor de suas ações e punitivo. “Consistem em maneiras de agir, sentir, pensar que são impostas ao indivíduo”.

Assim, o método de análise das Ciências Sociais, por meio do estudo sistemático de um ato social simples pode ser explicado para além do comportamento estritamente pessoal, como pode ser visto em seu estudo sociológico sobre o suicídio, por exemplo. Trata-se de um modo de pensar que relaciona, portanto, o particular com o geral considerando o processo histórico em que ocorreu determinado fato, ou, segundo W. Mills (1981), a “imaginação sociológica” exige que os fenômenos sociais sejam analisados em suas múltiplas interações.

Para o autor, a sociedade e os grupos sociais exercem uma coerção sobre os indivíduos, fazendo-os assumir papéis relacionados a um fenômeno em particular. Em suma, pode-se dizer que o indivíduo se explica na e pela sociedade. “A sociedade é mais do que a soma de seus membros individuais”. (DIAS, 2005, p.10)

No que se refere à religião, Durkheim escreveu, em 1912, o livro *As formas elementares da vida religiosa*². Neste trabalho, o autor preocupa-se em desvendar a essência da religião, ou seja, o substrato das manifestações culturais da vida religiosa e seus fundamentos presentes em todas as sociedades, compreendido como um fenômeno universal.

Para o autor, a religião é o espelho da sociedade, pois todas as formas de religiosidade expressam características sociais. Seu ponto de chegada é a conclusão de que as sociedades passam por um caminho evolutivo, por isso as formas religiosas das sociedades contemporâneas, diante de sua complexidade – são de mais difícil acesso e entendimento.

Suas aspirações generalizantes o levam a considerar o estudo sistemático de uma sociedade específica uma forma de compreender a essência de qualquer manifestação religiosa. Esta concepção somente é possível no interior de uma teoria que se pretende positiva e que eleva o fato social à categoria de coisa que permite ao pesquisador chegar a sua essência.

A sociedade, na teoria sugerida por Durkheim, é formada não só pela simples junção de indivíduos de toda a espécie, mas por algo bastante profundo e complexo que ocorre devido a uma interação entre esses indivíduos e pelo inter-relacionamento que possam ser capazes de estabelecer. O modelo social é, então, uma complexa modelação, ou ainda, uma construção permanente.

Em sua concepção, a Sociologia deveria voltar-se também para um novo campo de estudo que seria a comparação entre as diversas sociedades. A esta metodologia Durkheim denominou de morfologia social. Esta metodologia geraria uma classificação, que Durkheim chamou de espécies sociais. Não tem que é possível identificar no funcionalismo durkheimiano resquícios positivistas, pois até mesmo a denominação dada a esta classificação estava relacionada com as denominações das Ciências Naturais.

² Durkheim, Émile. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

Foi a partir desta análise das espécies sociais que Durkheim fundamentou dois parâmetros: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

Na verdade, sua tese de doutoramento, intitulada *Da divisão do trabalho social* (1893), tinha como tema central as relações entre os indivíduos e a coletividade. A pergunta central era: como pode um grupo de indivíduos constituir uma sociedade? O que Durkheim queria mesmo saber era qual era o consenso existente entre nós para que nos mantivéssemos em grupo?

A resposta está, para Durkheim, na distinção entre suas formas de solidariedade:

Solidariedade mecânica – é oriunda da própria condição que assemelha os indivíduos, ou seja, uma solidariedade por semelhança. Mesmo que os indivíduos se diferenciam um pouco, a solidariedade mecânica é aquela oriunda daqueles que solidarizam por possuírem sentimentos iguais, valores iguais, por cultuarem os mesmos ícones ou objetos etc. Exemplo de solidariedade mecânica: sociedades arcaicas (antigamente chamadas de primitivas). São grupos menores que compartilham das mesmas crenças e costumes.

O oposto a essa solidariedade seria:

Solidariedade Orgânica – é a que necessita do consenso para se efetuar, justamente porque os indivíduos não se assemelham. Sempre fazendo analogias com os órgãos dos organismos vivos, Durkheim acredita que os indivíduos, assim como cada órgão do corpo humano exerce uma função diferente, sendo, de qualquer maneira, indispensável à vida, necessitam encontrar uma forma coesa de estarem no mesmo espaço no caso a sociedade. Exemplo de solidariedade orgânica: sociedades modernas, industrializadas, em que a consciência de individualidade é fruto da própria divisão social do trabalho. Potanto, para Durkheim a solidariedade mecânica é precedente historicamente à orgânica.

O que impera mesmo no pensamento durkheimiano é o conceito de consciência coletiva, que, como ele define em sua tese de doutoramento, é “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade”. Não há como existir consciência coletiva sem antes estes pensamentos existirem na mente dos próprios indivíduos, mas, ao ser compartilhado, ele ganha força e evolui e isto depende, para o sociólogo, do tipo de solidariedade predominante em uma sociedade. Onde predomina a solidariedade mecânica (por semelhança), a consciência coletiva será maior.

Admitindo o capitalismo como uma sociedade harmônica e ordenada, Durkheim salientava a necessidade de a sociologia apontar soluções para os problemas sociais que pudessem causar a desordem, levando a sociedade a um possível estado de anomia (estado de ausência de normas). Caberia à sociologia, então, restaurar a normalidade, por meio de técnicas de controle social e manutenção da ordem vigente.

Para concluir

Retomando alguns pontos fundamentais do pensamento de Durkheim:

- fatos sociais: as regras da esfera jurídica, as regras morais, os dogmas religiosos, os sistemas financeiros, seguido pelas vias de comunicação, o estilo das construções, da moda e da própria linguagem escrita;
- os fatos sociais devem ser tratados como coisas, como algo independente das manifestações individuais, sendo submetidos ao mesmo tipo de rigor científico que os fenômenos naturais;
- a análise dos fatos sociais exige reflexão e fuga de ideias preconcebidas. O conjunto de crenças e sentimentos coletivos é a base da coesão da sociedade;
- destaca o estudo da moral dos indivíduos, afirmando que é a própria sociedade que cria mecanismos de coerção internos que fazem com que os indivíduos aceitem, de uma forma ou de outra, as regras estabelecidas, ou seja, a explicação dos fatos sociais deve

ser encontrada na e pela sociedade e não nos indivíduos, já que esses fatos são consequências, e não causas dos fenômenos sociais;

- a constituição do ser social se realiza através do processo de socialização, a aprendizagem social se dá com a interiorização de maneiras coletivas de pensar, agir e viver que são próprias dos contextos sociais (tempo e lugar);
- a educação, segundo a sua concepção, realiza uma socialização metódica e institucionalizada, “com o objetivo, inclusive, de controlar e limitar o desenvolvimento humano, assim como decidir sobre coisas mais imediatas, como os conteúdos para o ensino. São situações que se instituíram historicamente e seguem um protocolo de tradições grupais”. (TURA, 2002, p. 52)

3 – Karl Marx e a sociologia do conflito (1818-1883)

Conteúdo



- Karl Marx e a sociologia do conflito
- Contribuições teóricas do pensamento de Marx

Objetivos



- Analisar os principais aspectos da teoria desenvolvida por Karl Marx
- Compreender o funcionamento do sistema capitalista sob a ótica marxista
- Ponderar e analisar criticamente as apropriações realizadas sobre o pensamento marxista e os riscos de descontextualização do pensamento.

Introdução

Vamos tratar agora dos principais aspectos da teoria desenvolvida por Karl Marx para compreender o funcionamento do sistema capitalista. Entraremos em contato com outra forma de pensar a sociologia, agora mais politizada e engajada com as questões sociais, voltada para o apontamento dos conflitos e desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Conhecer o pensamento de Marx será fundamental, principalmente, porque ele despertará o questionamento acerca da lógica do sistema capitalista.

Buscaremos responder às seguintes questões: Quem foi Karl Marx? Por que até hoje ouvimos falar de suas obras? Qual a sua importância como pensador e teórico para as Ciências Humanas e Sociais? Que sentido pode ter, hoje em dia, a leitura de Marx? O fim do comunismo não teria sido o desmentido definitivo de sua concepção teórica, a prova irrefutável de suas teses? Por que deveríamos nos ocupar em compreender suas ideias? (NAVES, 2000).

3.1. A sociologia do conflito

Karl Marx, pensador alemão, não foi um sociólogo, pois seus trabalhos antecederam a institucionalização da disciplina como ciência e os trabalhos de Durkheim, porém sua contribuição para os estudos sobre a sociedade é inegável. Neste tópico, será possível entrar em contato com alguns de seus principais conceitos teóricos e metodológicos, verificando, assim, a complexidade de sua análise sobre o social.

De forma oposta à teoria de Durkheim, a sociologia marxista procura realizar uma crítica radical ao capitalismo, evidenciando seus conflitos e contradições. Enquanto a preocupação principal do positivismo foi com a manutenção e a preservação da nova sociedade capitalista, os estudos de Marx procuraram fazer uma crítica a este tipo de ordem social, evidenciando seus antagonismos e contradições inerentes, daí ser conhecido também como o sociólogo do conflito.

A intervenção teórica de Marx teve como consequência produzir o conhecimento científico sobre a História, rompendo com as representações ideológicas de natureza moral, religiosa ou jurídica que sombreavam a compreensão do processo histórico, pois soube identificar na luta de classes o princípio norteador das relações sociais de exploração e dominação. Sua teoria foi objeto de combate e crítica das classes dominantes, rompendo com as concepções ideológicas e filosóficas da história que, até então, ocupavam o lugar de ciência da História.

Segundo Marx, a sociedade capitalista aparece como um grande “depositário” de mercadorias. Tudo se baseia na troca (compra e venda) de mercadorias. Sua preocupação está em desvendar o que está por trás desta troca. Desse modo, sua teoria é dedicada a compreender o processo de acumulação de capital, desenvolvendo uma proposta política que defende a superação do sistema capitalista de exploração.

Como ocorre o processo de acumulação de capital?

- O empresário só pode aumentar o valor de uma mercadoria acrescentando a essa mercadoria maior quantidade de trabalho;
- O empresário, ao pagar o salário dos trabalhadores, nunca paga o que estes realmente produziram.
- O excedente de valor produzido não é devolvido ao trabalhador, e sim apropriado pelo capitalista. Isto é o que Marx denomina de sobre-lucro (mais-valia), o excedente que não retornará ao trabalhador.

Como este processo não é transparente, o trabalho dedicado à produção da mercadoria fica encoberto, aparecendo a mercadoria com um poder próprio, tornando-se um **fetice (fetichização)**. Em outros termos, vemos a mercadoria tornar-se aparentemente um ser vivo animado, enquanto o homem torna-se **coisa**, objeto do capitalismo (**coisificação**).

Ao mesmo tempo, com a divisão do trabalho, ocorre no processo de produção de mercadorias uma acentuada separação entre aquele que planeja (pensa) o trabalho e aquele que o executa, impedindo o trabalhador de conhecer todo o processo de produção. Como consequência, o trabalhador vê-se distanciado do produto de seu trabalho, acabando por estranhá-lo (não se reconhece nele), não conseguindo perceber o seu trabalho naquele processo. A isso Marx denominou de **alienação**.

Segundo Marx, o estudo da sociedade deveria partir da sua base material, ou seja, para ele, a vida é material e as diferentes formas, ao longo da história de sua existência, com as quais os homens solucionaram o problema da sobrevivência material, foram determinantes para a instituição de todas as demais esferas da vida social (política, cultura, arte e religião).

Daí a importância dos conceitos de **modo de produção** e, posteriormente, de materialismo histórico para desenvolver a teoria de que o conhecimento da realidade social deve converter-se em instrumento político, capaz de orientar as classes sociais para a transformação da realidade. Isto porque o conhecimento científico da classe burguesa aparece como exigência absoluta para que a classe operária possa fundar uma estratégia, tomar o poder político e iniciar o processo de superação do capitalismo. Ou seja, a compreensão científica do capitalismo proposta pelo autor inclui também a compreensão dos meios de sua destruição como modo de produção.

Marx definiu como bases da sociedade capitalista a instauração da propriedade privada e a consequente luta de classes como “motor da história”. Enquanto os positivistas preocupavam-se em justificar as novas bases capitalistas de organização social, Marx e Engels evidenciavam a injustiça presente desde a origem do sistema, criticando a tentativa burguesa de torná-lo natural e eterno.

3.2. Contribuições teóricas do pensamento de Marx

A obra de Marx é fundamental para a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista em suas bases constitutivas calcadas na exploração do trabalho como fonte de acúmulo e riqueza (mais-valia absoluta e relativa). O capital deve ser considerado como uma relação social que só existe a partir da articulação entre as forças produtivas e as relações de produção. Para ele, o capitalismo está organizado em duas classes essenciais: burguesia e proletariado. Esta divisão de classes permite ao capitalismo a característica de transitoriedade, uma vez que existe entre estas um profundo antagonismo de interesses. E é justamente isto que pode levar à transformação histórica pela via revolucionária.

A principal contribuição de sua teoria foi, portanto, questionar a “luta dos contrários” a partir do método dialético: “A dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento, suas relações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência” (ENGELS, 1970). A dialética em Marx é o estudo das contradições da sociedade burguesa. Seu método dialético era composto por quatro características fundamentais: 1) tudo está relacionado, 2) tudo se transforma, 3) mudança qualitativa, 4) luta dos contrários. O método dialético marxista é uma dialética da destruição: negação da negação (ao invés de afirmação, negação, negação da negação do método hegeliano). Isso implica na extinção do que é negado e a sua substituição por algo novo, que não existe no elemento negado e que, portanto, não pode ser conservado ou recuperado. (NAVES, 2000).

Ao mesmo tempo em que tudo muda e nada escapa ao movimento das transformações sociais, os detentores do poder agem sempre no sentido de preservar o sistema vigente (*status quo*) e conduzem mudanças apenas adaptativas, evitando mudanças estruturais.

Para Marx, o mundo real das relações econômicas é que determinava o que pensavam os homens, porém esse determinismo econômico (infraestrutura X superestrutura) foi muito criticado por outros autores. A análise sociológica deve, portanto, concentrar-se nas estruturas da desigualdade e nas combinações entre os detentores de poder, privilégio e bem-estar material, por um lado, e os menos poderosos e favorecidos de outro, propondo a superação do modo capitalista de produção e a

promoção de uma nova forma de produção com base no coletivismo (comunismo), tendo como fase de transição/intermediária o socialismo.

Essas propostas ainda permanecem como fonte de inspiração para muitos sociólogos e sua vasta obra continua viva nas discussões sobre as mais diferentes áreas da sociologia. “Marx não foi um profeta que anunciou um novo mundo, mas apenas demonstrou que o capitalismo não é eterno. É essa demonstração dialética que mantém aberta a possibilidade do comunismo.” (NAVES, 2000, p.102)

Definir o conceito de classes sociais e o próprio caráter das classes sociais era tarefa primordial para Marx. Justamente por ser um pensamento clássico, o pensamento de Karl Marx sofre com algumas apropriações precipitadas de sua teoria, resultando em simplificações que, como diria Edgar Morin, estudioso do pensamento complexo, mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam.

Uma das causas que geram isso é justamente o fato de que muitos estudos realizados sobre Marx denominados, marxistas, não alcançam a dimensão proposta por Marx através do método dialético.

Muitas vezes, o que ocorre é uma tendência a transformar sua teoria em um “filosofismo” panfletário associando unicamente seu discurso ao viés político, esquecendo que, fundamentalmente, para Marx o caráter do ser genérico do homem precisa ser restaurado, para que as estratégias usadas para se chegar à acumulação sejam questionadas e rompidas; isso porque a satisfação das necessidades não constitui algo independente da necessidade de conservação da existência. A vida produtiva nada mais é do que a vida da natureza, da animalidade e da humanidade. A mercadoria-homem, responsável pela desumanização material e espiritual de todo o sistema, impediu o florescimento de um sentimento de totalidade. É como se o homem tivesse se auto-alienado, perdido o respeito por si próprio, acabando assim por entregar a natureza e a si próprio a outrem.

Marx influenciou definitivamente muitas pessoas, e o que mais impressiona em sua teoria é o fato de ele ter conseguido, dentro da visão dialética da história humana, baseada em oposições e choques entre situações diversas ou opostas em contínua relação, ressaltar a ideia de que um salto revolucionário radical poderia provocar o término da exploração do homem pelo homem. O homem genérico em Marx era destituído de subjetividade, de afetividade, de amor, de loucura e de poesia. Era essencialmente um *homo faber* (no sentido de trabalho) e *economicus* (no sentido de economia). Se há uma crítica a ser feita a Marx, é a apropriação que se faz de sua teoria e que desloca um pensamento contextualizado em uma sociedade moderna e industrial para uma sociedade pós-moderna globalizada.

É preciso ter claro que Marx acreditou, naquele momento, que todos os males estavam reduzidos tão somente ao capitalismo, portanto não se pode mais conceder ao marxismo o monopólio do conhecimento pertinente, o monopólio da compreensão do mundo, o monopólio da ação construtiva; mesmo que haja ainda muitas inspirações fecundas a serem encontradas no pensamento de Marx.

Ao contrário do positivismo, que procurou elaborar uma ciência social supostamente “neutra” e “imparcial”, Marx e seus vários seguidores deixaram clara a íntima relação entre o conhecimento por eles produzido e os interesses da classe revolucionária existente na sociedade capitalista – o proletariado. (MARTINS, 1994)

Para concluir

Segundo Pedro Demo, a sociologia é o ‘tratamento teórico e prático da desigualdade social’. Segundo esse autor, a desigualdade social é uma questão essencial para a sociologia, de modo que esta se torna uma ciência que busca explicar o processo pelo qual as diferenças sociais são transformadas em desigualdades sociais. Segundo sua ótica, “a desigualdade social é componente estrutural da sociedade. Não é defeito, nem sina, mas simplesmente um traço fundamental, como, por exemplo, a língua”. (DEMO, 1985).

Vimos que o pensamento marxista possui bastante relevância e significado quando procuramos discutir sociologicamente como a sociedade está organizada e como funciona. Pensando assim, seria possível identificar nas empresas as mesmas estruturas de poder que vemos na sociedade? Como um todo? O que você acha?

Quais seriam as formas de manifestação da desigualdade social que podem ser percebidas no cotidiano das empresas?

Qual o papel das organizações empresariais no processo de transformação da sociedade? Qual o lugar da cultura e das ideologias nessas mudanças? Quais as estratégias de lutas mais adequadas para o efetivo alcance dos seus objetivos?

Expandindo conhecimentos

Sites:

Para pesquisar sobre Marx:

- Materialismo histórico
<http://www.npmueg.ubbihp.com.br/pos2-1lucasantos.html>
- Dialética
http://maxpages.com/elias/Dialetica_na_Praxis_Educativa
- Biblioteca marxista
<http://www.vermelho.org.br/img/obras/bibliomarx.asp>
- Alienação
<http://www.marxists.org/portugues/seve/1999/02-01.htm>
- Centro de Estudos Marxistas
<http://www.unicamp.br/cemarx/projindiv.html>
- PDF sobre Marx e o conceito de economia política:
<http://www.uff.br/cpgeconomia/v2n2/5-aloisio.pdf>

Filme

- *Tempos modernos* (Charles Chaplin)
Nesse filme, é interessante perceber o processo de implantação do trabalho fabril, a dificuldade de adequação dos sujeitos a uma nova forma de viver dentro do universo da fábrica, com outro ritmo e exigências.

4 – Max Weber e a sociologia compreensiva (1864-1920)

Conteúdo



- Apresentação de Max Weber
- A contribuição de Max Weber para a sociologia
- A realidade social segundo Weber

Objetivos



- Conhecimentos dos conceitos desenvolvidos por Max Weber
- Compreender os sentidos da ação, caracterizada na tipologia weberiana
- Averiguação da realidade social e suas possíveis interpretações por meio da sociologia compreensiva.

Introdução

Trataremos agora dos principais aspectos da teoria desenvolvida por Max Weber. Para o autor, a realidade social deve ser compreendida como algo que se constrói em função do sentido que os sujeitos dão para suas ações. Trata-se de uma nova forma de pensar a sociologia, atribuindo importância aos atores sociais.

O pensamento de Weber compreende a sociologia como uma ciência histórica e cultural que possui uma dinâmica e está, portanto, em contínua construção. A partir da teoria weberiana, perceberemos que as nossas ações sociais estão sempre orientadas para um determinado objetivo e este atende às nossas necessidades de pertencimento e distinção social.

4.1. Quem foi Weber?

A realidade social envolve o fluxo de pessoas que agem, interagem e se organizam. Quando andamos nas ruas e olhamos ao nosso redor, o mundo é um burburinho de atividades, as pessoas movimentam-se em suas rotinas diárias. Como nós conseguimos lidar com essa realidade galopante e barulhenta? Como podemos entender o que está acontecendo? A resposta a este tipo de perguntas é dada através da atividade dupla de teoria e pesquisa. A teoria é nosso veículo para explicar como o mundo social funciona, a metodologia é o modo de conduzir a pesquisa cuidadosamente para que ela possa nos ajudar a criar e testar teorias. (TURNER, 1999, p.17)

Max Weber foi outro importante fundador alemão da sociologia que, em um diálogo com Marx, considerou a desigualdade como algo multidimensional e não exclusivamente baseado na economia. Preocupou-se em entender o crescente processo de racionalização da vida moderna e suas implicações na realidade social. Suas propostas de análise, assim como a natureza de sua teoria, ainda servem de base para muitos estudos contemporâneos.

Weber compreendia que a ciência sociológica era uma construção social, uma ciência do devir, das relações patrocinadas pelos valores culturais, pelos conflitos de interesses individuais, setoriais e de classe.

O objeto de estudo da sociologia, segundo ele, seria então compreender a ação social, componente ao mesmo tempo universal e específico da vida social, no sentido de que esta se constrói pelos sujeitos de uma sociedade. O objetivo da sociologia é descrever e entender como e por que nascem as regras da organização social e como elas funcionam, ou seja, compreender os fenômenos sociais no nível do significado dos atores sociais.

Segundo sua perspectiva, o pesquisador deveria olhar tanto para a estrutura da sociedade quanto para os significados que os indivíduos atribuem a tais estruturas. Para Weber, as Ciências Sociais são necessariamente culturais e históricas, não existindo assim “leis gerais de organização”. Além disso, o pesquisador deve se esforçar no intuito de produzir o conhecimento legítimo e objetivo, livre de juízos de valor, daí o rigor da sua metodologia (construto do tipo ideal, modelo de interpretação que não se realiza no concreto, uma abstração), visto que se tem como pressuposto o fato de que em Ciências Humanas o pesquisador e o objeto de estudo se confundem na edificação de um determinado sistema de valores.

Trata-se de uma análise sociológica que pretende contemplar, de um lado, as experiências dos atores e, de outro, os sistemas culturais, históricos e sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Sua sociologia preocupa-se com o conhecimento humano, mas sem prender-se às investigações gerais, às regularidades da sociedade. Ela está alicerçada na compreensão das informações determinadas de um período histórico e também das leis que organizam e dão fundamento à vida em sociedade. (ARON, 1982).

Clássico exemplo desta análise foi realizado no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), no qual o autor argumenta que há uma estreita relação entre os cinco pressupostos básicos da ética calvinista com o desenvolvimento e o sucesso do capitalismo em alguns países europeus protestantes; o desejo de lucro encontrava reforço na fé.

As Ciências Históricas e Compreensivas não são somente interpretações do sentido subjetivo das condutas, mas também ciências causais que pretendem, a partir da reconstrução da individualidade histórica de um acontecimento, analisar a complexidade dos elementos que o compõem, sua rede de influências atribuindo-lhes um caráter de probabilidade e não de determinação. O principal objetivo é compreender a conexão de sentido da ação individual fornecendo relevância ao particularismo histórico.

Sendo assim, as proposições gerais somente podem ser demonstradas a partir da compreensão do particular, de análises e comparações históricas. Para isso, elabora o conceito de tipo ideal ligado à noção de compreensão e ao processo de racionalização. Deste modo, segundo Weber, o entendimento do real não é uma cópia do real, e sim apenas uma elaboração conceitual acerca deste. Apresenta-se com um analista do real e crítico ferrenho daquelas teorias que se colocam como “divinatórias”, prevendo a realidade futura.

Weber afirma que o traço característico do mundo em que vivemos é a racionalização, organização ou o que ele chamou de “desencantamento do mundo”. Esta racionalização, segundo ele, não significou seu progresso moral, já que a racionalização tem a ver com a organização social exterior, especialmente por meio da burocracia, e não com a vida íntima e racional do homem.

4.2. Qual a contribuição de Weber para a sociologia?

O principal conceito de Weber é o de ação social, considerada o objeto de compreensão da Sociologia. Trata-se da ação de um indivíduo orientada pela ação de outros, que se tornam interdependentes, fazendo com que toda ação tenha um sentido.

Cabe à sociologia, deste ponto de vista, compreender o sentido da ação. Para isto estabeleceu uma tipologia com 4 tipos de ação social:

- Ação racional com relação a fins/objetivos: manifesta-se quando o indivíduo persegue fins e objetivos de forma racional, combinando meios para atingi-los. Ex.: o engenheiro que constrói uma ponte.
- Ação racional com relação a valores: manifesta-se quando o indivíduo permanece fiel aos seus valores e ideias. Ex.: o comandante que afunda com seu navio.
- Ação tradicional: ditada por hábitos, costumes, crenças, enraizados no indivíduo. Ex.: o casal que se casa na igreja.
- Ação afetiva: ditada pela emoção do indivíduo, frente a determinadas situações. Ex.: a mãe que dá uma bofetada no filho.

Cabe ressaltar que, no cotidiano, os sentidos das ações dos sujeitos podem carregar mais de uma intencionalidade dessas acima citadas. Essa tipologia é um modelo de interpretação que procura enfatizar o sentido prioritário de cada ação.

A construção dos tipos ideais por Weber surge em contraposição às generalizações realizadas pelo positivismo e se constitui de um recurso metodológico que permite ao cientista orientar-se no interior da infinidade de fenômenos observáveis na realidade social, uma percepção parcial de um conjunto global, conservando seu caráter parcial.

Trata-se de uma tipologia teórico-formal (e não somente descritiva) que consiste em enfatizar determinados traços da realidade, exagerá-los para que seja possível levantar hipóteses acerca das relações existentes entre os fenômenos observáveis. O tipo ideal surge de um processo de conceituação que busca a abstração das particularidades nos fenômenos concretos, expondo uma forma particular e pressuposta que não se realiza no concreto, visando a atingir uma “objetividade” válida para uma realidade determinada.

O tipo ideal é um instrumento que permite ao cientista realizar um apanhado da realidade, é a soma do teórico e do histórico. Sua construção analítica possibilita uma entrada mais produtiva do

pesquisador para a compreensão da realidade. É a mediação entre a construção teórico-empírica e as evidências empíricas das quais são extraídos e exagerados certos elementos.

A diferença entre o que é genérico e o que é típico se fundamenta basicamente no fato de que o típico pretende apanhar a singularidade histórica atingindo certas tendências, mas não se aplicando diretamente à realidade. Como recurso metodológico, o tipo ideal pode ser aplicado universalmente, mas como construção é histórico, não se encaixa na realidade concreta, pois não se constrói pelos aspectos quantitativos da realidade social, ou seja, pela soma das regularidades tal como procedia a tipologia descritiva do positivismo.

De acordo com tal perspectiva, o objeto do conhecimento social não é dado pela observação empírica, mas é construído através de certos procedimentos metodológicos adotados pelo pesquisador. Seu método não procura estabelecer leis gerais para uma ordem já dada, mas a ordenação racional de certos aspectos selecionados em conformação a um sistema de valores escolhido em sua multiplicidade, tal como estes se apresentam na realidade empírica. A partir da compreensão do que é específico em determinado período, é possível atingir uma interpretação para a totalidade múltipla que o caracteriza.

A objetividade é entendida como um procedimento seletivo de ordenação racional dos elementos/aspectos selecionados e esta é a principal tarefa do pesquisador. Enquanto no positivismo havia a crença na possibilidade de se estabelecerem leis gerais para a realidade social, para Weber não existe este sentido objetivo, as ciências sociais não podem prescindir dos pressupostos valorativos dos sujeitos e da postura subjetiva do pesquisador.

Weber distingue duas classes de tipos ideais:

1. indivíduos históricos (global/singular); capitalismo, sociedade ocidental.
2. elementos abstratos da realidade histórica: burocracia, três tipos puros de dominação (racional, tradicional e carismática).

Ao contrário do que se pode pensar, Weber não desenvolveu uma tese oposta à de Marx por explicar a economia pela religião, nem propôs uma outra modalidade de causalidade exclusiva, mas quis demonstrar que a atividade econômica pode ser orientada pelo sistema de crenças tanto quanto o sistema de crenças pode ser comandado pelo sistema econômico. Uma vez instituído, o sistema capitalista foi o meio social que determinou as condutas dos agentes (o meio de criação dos valores e sua escolha é a sociedade social e histórica).

O ponto de partida da sociologia da religião em Weber é a consideração de que toda atitude exige, para sua compreensão, a percepção da concepção global da existência que anima o ator e na qual ele vive. Para tanto, é preciso demonstrar que a conduta dos homens nas diversas sociedades somente pode ser compreendida dentro do quadro da concepção geral que esses homens têm da existência, ou seja, os valores que organizam sua existência.

Weber analisa como um dos traços singulares do capitalismo ocidental a união entre o desejo do lucro e a disciplina racional da ética protestante. O meio para que as empresas produzam lucro é a organização racional da produção e do trabalho, portanto é preciso considerar a interferência das motivações psicorreligiosas na constituição deste modelo.

A tese de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*³ é a adequação significativa do espírito do capitalismo e do espírito do protestantismo. A ética protestante é basicamente a concepção calvinista fundamentada em cinco proposições:

1. existência de um Deus absoluto que não pode ser percebido pelo espírito dos homens;
2. predestinação: crença na salvação ou na condenação sem livre-arbítrio, marcada também pelo forte sentimento de solidão interior do indivíduo;
3. Deus criou o mundo para sua glória;

³ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

4. o homem tem o dever de trabalhar para a glória de Deus – ideia do trabalho como vocação –, o homem deve criar o reino de Deus sobre a terra;
5. o desfrute de coisas terrestres é considerado pecado.

Esta visão religiosa exclui qualquer misticismo; não há ligação entre criador e criatura. Trata-se de uma concepção antiritualística que prega uma postura racional com relação aos valores com eliminação dos elementos mágicos e supersticiosos. A confiança em Deus substitui a confiança nos homens e o isolamento espiritual gera desconfiança nos sentimentos e emoções.

Tem-se, dessa forma, uma conduta moral de caráter planejado e sistemático, o crente sente-se como instrumento da vontade divina, tendendo para a ação ascética. Sua vida é dirigida para a salvação, racionalizada e orientada pela finalidade de aumentar a glória de Deus sobre a Terra. A fé promove resultados no plano material e é a base para a salvação, trazendo como consequência a racionalização do mundo e a eliminação da mágica como meio de salvação.

O ascetismo puritano tentava habilitar para a vida alerta e inteligente, anulando o gozo espontâneo e impulsivo da vida na tentativa de liberar o homem do poder de impulsos irracionais. No calvinismo, tem-se a necessidade de provar a fé na atividade secular, formando uma aristocracia dos predestinados – santos integrados no mundo.

A partir dessas afirmações, Weber conclui que esses elementos resultantes do protestantismo ascético e da ordenação racional da vida moral global formaram a base psicológica para a moralidade racional, fundamental para o bom funcionamento do sistema capitalista, isto porque, o espírito do capitalismo não é caracterizado exclusivamente pela ânsia em ganhar dinheiro, mas por uma atitude mental/racional e pela utilização racional do trabalho valorizado pela ideia do cumprimento do dever.

Ao mesmo tempo em que a base do ascetismo puritano ia contra a ostentação, legalizava a ânsia pelo lucro e a tornou desejada por Deus. A luta era contra o uso irracional da riqueza e não contra o enriquecimento. Pelo contrário, a atividade econômica era exercida com uma vida regrada e sistematizada da vida moral global.

Este ascetismo secular do protestantismo opunha-se ao usufruir espontâneo das riquezas, restringia o consumo, sobretudo o consumo do luxo, corroborando para fortalecer um estilo de vida normativo, baseado e revestido por uma ética.

A influência da concepção de vida puritana favoreceu não somente a acumulação de capital, mas também o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. A ascese era sancionada psicologicamente pela própria ideia de trabalho como vocação. A tese de Weber é justamente estabelecer uma relação entre esta atitude mental e a atividade econômica da empresa capitalista, com benefícios para ambas.

Podemos dizer que, dependendo do prisma, da perspectiva pela qual se olha, teremos uma determinada visão, um determinado resultado, um impacto específico.

Se olharmos através de nossos preconceitos e pré-julgamentos, estaremos pré-definindo o que poderá ser visto por nós. Se olharmos com a nossa miopia, estaremos limitando o que poderemos ver. É preciso abrir, cada dia mais, nossos horizontes e a nossa capacidade de ver mais do que aquilo que queremos encontrar....

Para concluir

A realidade social, segundo Weber, não pode ser conhecida em sua totalidade, pois existem várias formas diferentes de interpretá-la e a existência histórica é compreendida como a afirmação e a criação de valores. A tarefa da sociologia compreensiva seria a reconstrução e compreensão das escolhas humanas pelas quais um sistema de valores foi edificado, ou seja, compreender a ação social percebendo o sentido que cada ator atribui à sua conduta.

Seu método é compreensivo, comparativo e toma como ponto de partida as ações dos sujeitos e sua orientação social carregada de sentido, estabelecendo, para isso, uma tipologia da ação: racional com relação a fins, racional com relação a valores, afetiva ou emocional e tradicional. Os fenômenos sociais para Weber, diferentemente de Durkheim, não se constituem por estruturas com um sentido extrínseco e independente daquele atribuído pelo sujeito em suas condutas.

Em função da irredutibilidade do material histórico, não é possível o estabelecimento de leis gerais. Nas ciências da cultura e da história têm-se um conjunto de interpretações seletivas inseparáveis do sistema de valores escolhido, ou seja, em oposição a uma reconstrução generalizadora pretendida pelo positivismo, Weber propõe uma reconstrução singularizante em função dos valores. As proposições não buscam atingir verdades essenciais, mas a compreensão de uma realidade definida.

Expandindo conhecimentos

Para pesquisar sobre Weber:

Sites

- Vida e obra
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2005/04/02/000.htm>
- Weber e a atualidade
<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2648,1.shl>
- Educação e liberdade em Max Weber
http://www.espacoacademico.com.br/043/43res_carvalho.htm
- PDF: Ética protestante
<http://www.mackenzie.com.br/teologia/fides/vol05/num02/Franklin.pdf>
- Revista Brasileira de Ciências Sociais: secularização em Weber
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200003

5 – O conceito de cultura

Conteúdo



- Conceito de cultura
- A polissemia do conceito de cultura
- A diferenciação entre natureza e cultura
- Determinismo biológico
- Determinismo geográfico
- Evolucionismo, etnocentrismo e relativismo cultural.
- Cultura e cidadania

Objetivos



- Conhecer as possíveis definições do termo e conceito de cultura
- Distinguir as possíveis nomeações e diferentes apropriações do termo “cultura”
- Conhecer as teorias deterministas (biológica e geográfica) e realizar análise crítica dessas teorias.

Introdução

Neste capítulo, apresentaremos o conceito de cultura, por meio das correntes principais da antropologia, visando à contextualização de seus estudos no cenário das Ciências Sociais. Mostraremos qual a importância do conceito de cultura para o entendimento das relações sociais nos diferentes espaços sociais.

Será possível mostrar a diversidade cultural como um elemento constitutivo da realidade dentro de uma sociedade determinada.

5.1. O que é cultura?

Segundo Ruth Benedict (1972), em seu livro *O crisântemo e a espada*, a cultura é como uma lente por meio da qual o homem vê o mundo.

A cultura “molda” o indivíduo social, tece as regras da socialização (processo pelo qual todos os seres humanos passam sua vida em sociedade, que é um processo contínuo que começa com o nascimento e termina com a morte), delineando, assim, os relacionamentos entre diferentes grupos sociais e os indivíduos entre si. Este conceito é fundamental para compreender o universo específico de estudo da sociologia. Sem a socialização ou endoculturação, o ser humano não se tornaria humano. Ou seja, o homem é um animal inacabado.

5.2. A polissemia do conceito de cultura

A história e o uso do termo “cultura” apontam para diferentes apropriações, para diferentes modos de apreensão da vida social. O termo pode ser utilizado para indicar *processo*: cultura (cultivo) de vegetais ou de animais e, por extensão, cultivo da mente humana.

Em fins do século XVIII, esse termo era utilizado para nomear a configuração ou generalização do espírito que informava o modo de vida global de determinado povo. Data desse período o emprego da palavra “culturas”, com o intuito de diferenciá-lo de qualquer sentido unilinear de civilização. Esse termo pluralista amplo foi de especial importância para a evolução da Antropologia Comparada no século XIX, e que continuou designando um modo de vida global e característico.

Dentro das tradições alternativas e conflitantes, a “cultura” oscila entre uma dimensão global e outra parcial. No uso mais geral, houve grande desenvolvimento do sentido de “cultura” como cultivo da mente. É possível distinguir uma gama de significados:

- cultura enquanto estado mental desenvolvido, como um valor – como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”;
- cultura como sinônimo de alma coletiva, portanto, de civilização;
- cultura transfigurada em mercadoria – cultura de massas.

Todos esses sentidos são bastante usuais, coexistindo, muitas vezes desconfortavelmente, com o uso antropológico e o amplo uso sociológico para indicar “modo de vida global” de determinado povo ou de algum grupo social.

Em linhas gerais, “cultura” pode se referir:

1. ao *espírito formador* de um modo de vida global, manifesto por todo o âmbito das atividades sociais, em especial, a linguagem, os estilos de arte, os tipos de trabalho intelectual.
2. a *uma ordem social global* em que uma cultura específica (quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual) é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais.

Segundo Lévi-Strauss, a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma. Para o antropólogo, a regra em questão seria a proibição do incesto,

padrão de comportamento comum a todas as sociedades humanas. Todas estas proibem a relação sexual de um homem com certas categorias de mulheres (entre nós, a mãe, a filha e a irmã).

Para Leslie White, a passagem da natureza à cultura se deveu ao desenvolvimento de um conjunto de símbolos. O comportamento humano é o comportamento simbólico. Por exemplo, entre nós, a cor preta significa luto, entre os chineses é o branco que exprime esse sentimento. Para perceber o significado de um símbolo, é necessário conhecer a cultura que o criou.

A cultura é dinâmica, está em constante processo de modificação. É mais coerente falar em culturas ao invés de cultura, já que as leis, os valores, as crenças, as práticas e as instituições variam de formação social para formação social.

5.3. Da natureza à cultura

No livro *Cultura: um conceito antropológico*, Roque de Barros Laraia propõe discutir um dilema, qual seja, a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana. Trata-se de um dilema antigo, mas sempre reformulado. Por exemplo, Confúcio, no século IV a.C., enunciou que “a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados”.

Antes mesmo de o monogenismo ser aceito, os homens se preocupavam com a diversidade de modos de comportamento existentes entre os povos.

Heródoto (484-424 a.C.) faz menção à diversidade cultural e, de passagem, ao etnocentrismo, ao afirmar que “se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhores, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros”.

Montaigne (1533-1572) procurou não se espantar em demasia com os costumes dos tupinambás, de quem teve notícias e mesmo chegou a ter contato com três deles, afirmando não ver nada de bárbaro ou selvagem no que diziam a respeito deles, porque, “na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”.

Imbuído de um pioneiro sentido de relativismo cultural, Montaigne assim comentou a antropofagia dos tupinambás: “Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que comer depois de morto; e é pior esquarterar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou então entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos contemporâneos”.

E terminou, ironicamente, após descrever diversos costumes daqueles índios tupid: “Tudo isso é interessante, mas, que diabo, essa gente não usa calças”.

Desde a Antiguidade, foram comuns as tentativas de explicar as diferenças de comportamento entre os homens, a partir das variações dos ambientes físicos. Tornou-se lugar-comum a associação entre clima e comportamento: clima quente e “natureza” passional; clima frio e falta de vivacidade, neurastenia.

Mas, não é preciso olhar para o passado para perceber as relações entre diversidade cultural e estranhamento. A sociedade contemporânea é um grande lócus para tais constatações, já que agrega uma infinidade de organizações sociais. Por exemplo, a carne de vaca é um tabu para os hindus, da mesma forma que a carne de porco o é para os muçulmanos.

Ainda entre nós, há uma diversidade de interdições alimentares que provêm da consideração de que determinadas combinações são perigosas, mas que, se consumidos separadamente, são inofensivos. O mais popular é o leite com manga.

O nudismo é uma prática tolerada em certas praias europeias, enquanto nos países islâmicos, de orientação xiita, as mulheres mal podem mostrar o rosto em público. Nesses mesmos países, o adultério é uma contravenção grave que pode ser punida com a morte ou com longos anos de prisão.

5.4. O determinismo biológico

São velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas às “raças” ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avarentos e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os japoneses são disciplinados e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses.

A teoria de Cesare Lombroso (1835-1909), criminalista italiano, procurou correlacionar aparência física com tendência para comportamentos criminosos. O método utilizado era o da frenologia.

Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não determinam as diferenças culturais. Não há correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais.

Qualquer criança pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em condição conveniente de aprendizado.

Sendo assim, é sempre apressado apostar que as diferenças comportamentais e culturais se devem a traços psicologicamente inatos. A espécie humana se diferencia anatômica e fisiologicamente por meio do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes entre pessoas de sexos diferentes sejam determinadas biologicamente. A antropologia tem demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra.

Em linhas gerais, o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que denominamos endoculturação. O menino e a menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada.

5.5. O determinismo geográfico

O determinismo geográfico determina que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Essas teorias, que foram desenvolvidas principalmente por geógrafos no final do século XIX e início do XX, ganharam uma grande popularidade.

Exemplo significativo desse tipo de pensamento pode ser encontrado em Huntington, em seu livro *Civilization and Climate* (1915), no qual formula uma relação entre a latitude e os centros de civilização, considerando o clima como um fator importante na dinâmica do progresso.

A partir de 1920, antropólogos como Boas e Kroeber refutaram esse tipo de determinismo e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.

Não é possível admitir a ideia do determinismo geográfico, ou seja, a admissão da ação mecânica das forças naturais sobre uma humanidade puramente receptiva. As diferenças existentes entre os homens não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente.

A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com as suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas dominou os ares, sem guelas conquistou os mares. Tudo isso porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura.

Todos os exemplos mencionados até então tiveram como propósito evidenciar as diferenças de comportamento entre os homens e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de reduzi-las a diferenças de caráter mesológico e somatológico. Ainda que tentadoras, essas explicações são simplistas e equivocadas.

Contemplava-se, então, um processo iniciado por Lineu (1707-1778), fundador do sistema moderno de classificação científica dos organismos. A taxinomia de Lineu classifica as coisas vivas em uma hierarquia (reino, filo, classe, ordem, família e espécie).

O processo iniciado por Lineu, que consistiu inicialmente em derrubar o homem de seu pedestal sobrenatural e colocá-lo dentro da ordem da natureza, contou com a contribuição de Tylor e Kroeber, ao proporem o afastamento crescente entre os domínios da cultura e da natureza.

Contudo, o homem foi diferenciado dos demais animais por ter a seu dispor duas notáveis propriedades: a possibilidade de comunicação oral e a capacidade de fabricação de instrumentos, capazes de tornar mais eficiente o seu aparato biológico. Estas duas propriedades permitem uma afirmação mais ampla: o homem é o único ser possuidor de cultura.

5.6. Evolucionismo, etnocentrismo e relativismo cultural

O antropólogo Edward Tylor (1832-1917) tinha como foco de interesse a igualdade existente na humanidade. A diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. É a partir daí que propõe uma escala de civilização, colocando as nações europeias em um dos extremos da série e, em outro, as tribos selvagens, dispendo o restante da humanidade entre os dois limites.

SELVAGENS ⇒ BÁRBAROS ⇒ CIVILIZADOS

Esta linha evolutiva proposta por Tylor teve Charles Darwin como influência inegável. O livro de Tylor foi produzido justamente quando a Europa sofria o impacto de *Origem das espécies*. Guiando esta abordagem está a ideia de um evolucionismo unilateral, segundo o qual a cultura se desenvolve de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas “sociedades mais avançadas”. Etnocentrismo e ciência caminhavam de mãos dadas.

A principal reação ao evolucionismo inicia-se com Franz Boas (1858-1949). O antropólogo desenvolveu o particularismo histórico, segundo o qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou.

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade.

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão a considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada de etnocentrismo, é responsável, no limite, pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.

O etnocentrismo é um sentimento universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade. É comum a crença no povo eleito, predestinado por seres sobrenaturais para ser superior aos demais. Tais crenças contêm o germe do racismo, da intolerância e, frequentemente, são utilizadas para justificar a violência praticada contra os outros.

A dicotomia “nós” e os “outros” expressa em níveis diferentes essa tendência. Dentro de uma mesma sociedade, a divisão ocorre sob a forma de parentes e não parentes. Os primeiros são melhores por definição e recebem um tratamento diferenciado. A projeção desta dicotomia para o plano extragrupal resulta nas manifestações nacionalistas ou formas mais extremadas de xenofobia. Aqui, a diferença é percebida enquanto desigualdade.

5.7. Cultura e cidadania

Em nossa sociedade, num âmbito mais geral, o termo cidadão ainda tem uma conotação pejorativa. Por exemplo, chama-se de cidadão uma pessoa desconhecida, que não pertença ao grupo social em que transita. Um cidadão, no Brasil, nos momentos de informalidade é um “ilustre” desconhecido, que não tem história. Alguém que, portanto, não tem direito. Isso é bastante contraditório, já que, em termos legais, o cidadão é definido como aquele que possui direitos e deveres bastante definidos. Pode-se ver, então, que os códigos culturais nem sempre englobam ou são compatíveis com o que a instância jurídica, as leis formais do país, instituem como princípios básicos e gerais a serem seguidos por toda a sociedade.

Ou como afirma Roberto da Matta (1996), “para nós a cidadania implica uma dupla leitura. Ela pode ser vista como um conceito político que remete à ideia do “indivíduo” autônomo e seguidor das leis – base da igualdade moderna; ou pode ser lida pelo modelo da “pessoa”, base da hierarquia tradicional. Aí está a base da crise nacional, pois o que tem singularizado a nossa estrutura de poder não é a ausência da teoria igualitária, mas a da desigualdade como um valor e uma prática. O resultado é muito cacique para pouco índio e a presença do “Sabe com quem está falando?!”. ”

A ideia de cidadania, em nossa cultura, realmente continua a passar pela noção de hierarquia e poder calcada na exclusão e na desigualdade sociais. Mas, podemos pensar na possibilidade do resgate da cidadania por meio da compreensão do imaginário social que permeia as formas de poder e de uma política educativa que leve em conta os traços culturais dos diversos segmentos de nossa sociedade e que torne acessível para todos o direito de expressão.

Para concluir

Darcy Ribeiro apresenta ideias que procuram questionar a aparente obviedade dos fatos, que nos impedem de buscar e ver aqueles aspectos da sociedade que não estão explicitados, que não estão na superfície do real. Na verdade, o que vemos (ou nos acostumamos a ver) pode ser apenas a “ponta de um *iceberg*”. Para vermos além da superfície, necessitamos de contato e vivência com a realidade investigada, “observar o familiar”, nas palavras de Gilberto Velho (1987). Para tanto, é necessário procurar conhecer aquilo que já aparentemente conhecemos, tomando, ao mesmo tempo, uma distância física, social e psicológica. Isto significa afirmar que aquilo que sempre vemos e encontramos pode nos ser familiar, mas não necessariamente é conhecido.

É este o convite que a compreensão de alguns conceitos antropológicos nos faz: reconhecer no “outro”, naquele que a princípio enxergamos por meio de “pré-conceito” e “pré-julgamentos”, alguém com quem podemos potencialmente aprender, modificar-nos e também o transformar.

Expandindo conhecimentos

Para pesquisar:

Sites

- Conceito de cultura
<http://acultura.no.sapo.pt/page6Conceitos.html>
<http://www.fflch.usp.br/da/vagner/antropo.html>
<http://www.fflch.usp.br/da/vagner/antropo.html>
<http://www.fflch.usp.br/da/vagner/antropo.html>
- Alteridade
<http://www.unb.br/ics/dan/Serie255empdf.pdf>
<http://www.evirt.com.br/colunistas/mauricio08.htm>

6 – Indústria cultural e cultura de massa

Conteúdo



- O que é indústria cultural
- O que é cultura de massa

Objetivos



- Conhecer o conceito de indústria cultural
- Identificar a presença da cultura de massa
- Conscientizar sobre o poder da indústria cultural e desenvolver análise sobre a transformação da cultura em mercadoria massificada e padronizada para o consumo.

Introdução

Neste capítulo, abordaremos um tema muito atual e bastante sugestivo: os conceitos de indústria cultural e cultura de massa, ambos atrelados à interpretação marxista da sociedade. Será possível pontuarmos os propósitos consumistas da indústria do consumo e do entretenimento, percebermos que, no capitalismo, a cultura também se tornou mercadoria, discutirmos o papel da educação e as funções da escola mediante este contexto de compra e venda de bens simbólicos e compreendermos de que forma os educadores devem ser um importante filtro e referência para os alunos, apontando o que estes devem priorizar e escolher diante dos muitos produtos oferecidos pela indústria cultural.

6.1. O que é indústria cultural?

Os meios de comunicação têm o importante papel de cimentar a ideologia vigente. Um conceito sociológico importante para analisar seu alcance é o de indústria cultural. Com ele teremos, a partir de uma perspectiva marxista, uma interpretação sobre a mídia como instrumento de configuração da vida social.

A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. A “mídia” é o senso comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova. Massificar é, assim, banalizar a expressão artística e cultural, vulgarizando as artes.

A comunicação tem importantes implicações na Educação, por isso, com o tema cultura de massa, é possível relacionar alguns destes aspectos importantes e a sociabilização dos indivíduos, por exemplo, a TV como forma de educar, compreendendo a educação não como um bem em si. Ainda, no que se refere à indústria cultural, é importante contextualizar este conceito no Brasil, com as diferentes matrizes históricas presentes e a convivência constantemente articulada entre o moderno e o arcaico.

A indústria da atual TV brasileira é indiscutivelmente poderosa, com capacidade de estimular o desejo, ditar comportamentos, moda e estilo de vida, com o intuito de vender seus produtos, associando-os a artistas famosos. Tudo é meticulosamente preparado para criar uma atmosfera de sonho na qual se insere o telespectador.

As influências dos estudos marxistas contemplaram também o âmbito da cultura. Dentre elas, destacamos a importância da Escola de Frankfurt e seus pesquisadores, que, durante a década de 1920, na Alemanha, decidiram discutir as implicações e modificações da cultura mediante o desenvolvimento do capitalismo.

Dentre esses autores, muitos se destacaram. Adorno e Horkheimer, por exemplo, definiram o conceito de indústria cultural (1922), Walter Benjamin, embora à margem do grupo de formação inicial, discutiu: “a obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” e apontou novos caminhos e alternativas para as artes pós-auráticas (fotografia e cinema).

O objetivo principal desses teóricos foi criticar a transformação da cultura em mercadoria, sua massificação e padronização, destinando-se apenas ao entretenimento da chamada “camada média” da população, alvo da sociedade de consumo. Assim como qualquer outro produto vendável, também a arte e a cultura seriam passíveis de comercialização pelos grandes conglomerados que venderiam junto com “produtos” culturais sonhos, projeções, ilusões e entretenimento vazio, esvaziado de crítica ou de reflexão.

Esses produtos vendidos em larga escala teriam como principal característica a padronização e o enredo facilitado, atendendo a exigências dos modismos e das tendências ditados pela sociedade capitalista de consumo. Temos, então, a cultura de massa, superficial e efêmera, difundida através de veículos massivos que atingem a imensa maioria da população, sem a preocupação com critérios de qualidade do conteúdo, mas apenas com o número da audiência/consumidores.

Os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, são relativamente os novos agentes de socialização, influenciando comportamentos, atitudes e incentivando novos hábitos (especialmente os de consumo), difundindo padrões (estereótipos).

Como contraponto a esta perspectiva pessimista adotada pelos frankfurtianos, Benjamin defendia o potencial emancipatório e até mesmo revolucionário de que as artes pós-auráticas (cinema/fotografia) poderiam promover, caso fossem bem utilizadas, a criação de uma perspectiva mais crítica e reflexiva nas pessoas.

Nas últimas décadas, alguns teóricos latino-americanos têm discutido e questionado, em seus estudos sobre a recepção (Canclini, Barbero, Sarlo), esta mera transposição da cultura como mercadoria, levantando a hipótese de uma ressignificação do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa por parte dos sujeitos/receptores, inclusive sendo possível uma reinterpretação que contemple a reflexão sobre sua própria condição social.

Mas uma crítica contundente ainda válida dos estudos frankfurtianos reside no aspecto central da manipulação ideológica presente nos produtos da indústria cultural. A alienação e a ideologia do consumo orientam a produção e a divulgação destes produtos, fazendo com que, em sua própria forma e conteúdo, conformem as mentes para a importância do ato de “consumir” para pertencer ao grupo social e, ao mesmo tempo, diferenciar-se dos demais grupos existentes.

Para reforçar este processo, existe o importante papel exercido pelo discurso publicitário que associa valores socialmente aceitos a determinadas marcas e produtos, atribuindo-lhes um valor simbólico (fetichização) que suplanta em muito o seu valor de uso/utilidade ou função.

Para conhecer um pouco mais

Ser, pensar, agir, estar sempre, obrigatoriamente, “como os outros” é amoldar-se inexoravelmente a esse implacável deus chamado “todo mundo”. É renunciar à própria individualidade, trocando-a pelo amorfo e medíocre “eu coletivo” da multidão. Inserir-se na massa é socializar a si mesmo. A massa é, portanto, o povo degenerado. (Orlando Fedeli)

A indústria cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente.

A indústria cultural, para poder insuflar sua ideologia de que o consumidor é rei, justifica-se através da propagação da ideia da existência de uma massa que seria uniforme e homogênea, o que constitui, desta forma, a sua ideologia. (Adorno)

Embora a indústria cultural faça das massas seu objeto, a essa precisa se adaptar porque se trata, em última instância, de uma questão de mercado. (Adorno)

Ela introduz a divisão social entre a elite culta e a massa inculta. (Adorno)

Antes de se olhar de maneira crítica para essas afirmações, é preciso compreender o conceito de indústria cultural.

Esse conceito foi utilizado pela primeira vez por dois filósofos alemães, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, em 1947, na obra *Dialética do Iluminismo*. Theodor e Max eram dois professores judeus do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, que, fugindo do nazismo em 1933, emigraram para os EUA e aí permaneceram vivendo em um período muito importante deste país.

O nazismo, através da competente política de comunicação desenvolvida por Goebbels, ministro da Propaganda do governo nazista, havia apostado nas novas formas de comunicação, aperfeiçoando o uso do rádio e do cinema. Quando Hitler assumiu o poder em 1933, apesar do surgimento recente do rádio, ele já havia delineado claramente sua política para este veículo. A partir de 1930/31, o Partido Nacional Nazista começou a influir na nomeação de diretores de rádio, pois este foi criado na Europa como sistema público, ou seja, um sistema controlado pelo Estado. Vai

ser nítida a diferença entre a indústria cultural que surge a partir do Estado e aquela que advém das empresas, das indústrias e do comércio, como vai ser o modelo americano.

O nazismo era plenamente consciente da eficácia do rádio, já que o partido não tinha condições de controlar os jornais, que, em sua grande maioria, não apoiavam o movimento. Assim, contando com a adversidade dos jornais alemães, Goebbels apostou no rádio e no cinema. Ora, Adorno e Horkheimer conheceram a propaganda nazista. Eles viram o que o nazismo fez com o rádio, repetindo, de certa forma, a estratégia já desenvolvida por Mussolini na Itália. Ao assumir o poder em 1922 na Itália, Mussolini também usou esses dois veículos. Ele criou a Cinecittà, empresa de filmes do Estado italiano. Esses dois ditadores desenvolveram políticas de comunicação que podem ser consideradas as mais competentes que já existiram. Perceberam o grande potencial de mobilização das massas através do cinema e do rádio. É importante aprender com esses exemplos, pois eles podem ensinar a mobilizar uma sociedade não para o autoritarismo, mas para a libertação, criatividade e emancipação.

Assim, a origem desse conceito, indústria cultural, é, de um lado, o nazismo, claramente explicitado em uma frase de Adorno e Horkheimer que impressiona muito: “O rádio é a voz do Führer”, e, de outro, a sociedade de massa americana e sua cultura. Trata-se de uma sociedade que eles aprenderam a conhecer a partir de 1933 e que nunca deixou de representar o desprezo que intelectuais europeus exilados tinham pelos Estados Unidos, que se traduzia no horror pela cultura de uma sociedade que, de certa forma, trazia uma série de elementos completamente desconhecidos na Alemanha do mesmo período.

Então, se formos ler também o que esses dois autores escreverem sobre a sociedade americana, perceberemos o clima de real desencanto, de desespero e de falta de esperança. O livro: *Dialética do Iluminismo* anunciava a decadência cultural do Ocidente, depois do surgimento dos meios de comunicação de massa. Tal decadência foi estabelecida em função de um paraíso imaginário da cultura do século XIX.

Em nenhum momento na análise desses autores sobre a cultura do século XX, encontra-se o reconhecimento de que o paraíso da cultura, esse eldorado do século XIX, foi também contemporâneo de um dos mais violentos períodos da história. Nas fábricas, havia um trabalho quase escravo, em que as crianças tinham jornadas absolutamente impensáveis hoje. Esse é um período em que a arte, a literatura e a pintura não estavam sendo assediadas pela cultura decadente que os meios de comunicação de massa então veiculavam.

É preciso, portanto, interpretar o conceito de indústria cultural a partir do seu contexto histórico. De um lado, o nazismo, de outro, a sociedade americana vista pelos filósofos judeus emigrados como o sintoma da decadência cultural do Ocidente.

A partir de suas ideias, tentou-se definir uma indústria muito especial, que produz não uma mercadoria qualquer, mas, sim, uma mercadoria que possui um valor simbólico muito grande, embora ela se organize da mesma forma que uma fábrica de automóveis. Por quê? Sua produção é em grande escala – basta ver as tiragens dos jornais e as audiências da televisão e do rádio; tem um baixo custo, porque se beneficia da economia de escala; é padronizada, pois é a eterna repetição do mesmo. Foi a partir dessas três características que os autores tentaram mostrar como essa indústria realizava uma verdadeira manipulação das consciências.

No Brasil, infelizmente, continua-se a definir essa indústria da mesma forma que em 1947. Infelizmente, porque Adorno, três meses antes de morrer, em 1968, fez uma conferência numa rádio alemã, que se chamou “Tempo Livre”, dizendo que, quando ele e Horkheimer criaram este conceito de indústria cultural, cometeram alguns equívocos. Este conceito não servia mais para designar a nova realidade. Por que essa afirmação? Porque ele havia feito uma pesquisa sobre a televisão alemã, examinando como o público via o casamento da princesa Beatriz da Holanda com o Sr. Klaus, um diplomata alemão. A conclusão a que ele chegou foi que os alemães não deram a menor atenção

ao casamento. Tratava-se de uma coisa banal, que não despertava nenhum interesse, apesar da grande cobertura da televisão alemã. Adorno encerrou a conferência afirmando:

A televisão ainda não se apropriou da consciência dos alemães, existe ainda um espaço de liberdade, existe um espaço que nós podemos trabalhar.

Os pontos de partida das teorias desenvolvidas pelos dois autores mencionados são o marxismo e a psicanálise, mas é comum designá-los como pertencentes – ao lado de outros filósofos, sociólogos, psicanalistas e historiadores – à Escola de Frankfurt, que, na verdade, nunca existiu, mas, sim, o Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt.

Assim, a cada vez que se fizer uma denúncia em relação à indústria cultural, corre-se o risco de ser chamado de “frankfurtiano”. Se não existiu, na verdade, a Escola de Frankfurt, existiu, sim, certa coerência teórica entre aqueles que denunciavam a sociedade de massa como a suprema forma de totalitarismo e de perversão da cultura. Para Herbert Marcuse, também filósofo alemão ligado a esse grupo, que morreu nos Estados Unidos na década de 1970, a sociedade de massa contemporânea é uma nova forma de totalitarismo, só que muito mais perigosa, porque este totalitarismo não é percebido como tal.

Enquanto o nazismo e o fascismo são identificados como formas totalitárias de governo, a sociedade americana não pode ser identificada como uma sociedade totalitária, porque não existe a consciência da denominação, ou melhor, essa denominação é agradável. Para esses autores, a sociedade de massa é também uma sociedade totalitária, porque os dominados não percebem até onde vai essa dominação.

As duas experiências mencionadas anteriormente, tanto a do nazismo como a da sociedade americana do pós-Guerra, não têm nada a ver com a sociedade brasileira. Ao se adotarem esses conceitos sem nenhuma análise crítica, corre-se o risco de uma dependência teórica, que ainda é muito forte no Brasil. Incorporam-se conceitos de forma acrítica, o que conduz a análises completamente equivocadas. Portanto, nós temos de analisar essas teorias a partir de uma perspectiva crítica e pensando na história cultural da América Latina e do Brasil.

Com relação à comunicação de massa, pode-se dizer que ela não é uma característica do século XX, mas tem suas manifestações no século XIX claramente delineadas. Segundo Adorno, na indústria cultural, tudo se torna negócio. Enquanto negócios, seus fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais. Um exemplo disso, dirá ele, é o cinema. O que antes era um mecanismo de lazer, ou seja, uma arte, agora se tornou um meio eficaz de manipulação. Portanto, podemos dizer que a indústria cultural traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema.

É importante salientar que, para Adorno, o homem, nessa indústria cultural, não passa de mero instrumento de trabalho e de consumo, ou seja, objeto. O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do trabalho. Portanto, o homem ganha um coração-máquina. Tudo que ele fará, fará segundo o seu coração-máquina, isto é, segundo a ideologia dominante. A indústria cultural, que tem como guia a racionalidade técnica esclarecida, prepara as mentes para um esquematismo que é oferecido pela indústria da cultura – que aparece para os seus usuários como um “conselho de quem entende”. O consumidor não precisa se dar ao trabalho de pensar, é só escolher. É a lógica do clichê. Esquemas prontos que podem ser empregados indiscriminadamente só tendo como única condição a aplicação ao fim a que se destinam. Nada escapa à voracidade da indústria cultural. Toda vida torna-se replicante. Dizem os autores:

Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no

quadro da obra filmica, permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, e é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos (...) paralisam essa capacidade em virtude de sua própria constituição objetiva. (Adorno & Horkheimer, 1997, p.119)

Fica clara, portanto, a grande intenção da indústria cultural: obscurecer a percepção de todas as pessoas, principalmente daqueles que são formadores de opinião. Ela é a própria ideologia. Os valores passam a ser regidos por ela. Até mesmo a felicidade do indivíduo é influenciada e condicionada por essa cultura. Na *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer exemplificam este fato através do episódio das sereias da epopeia homérica. Ulisses, preocupado com o encantamento produzido pelo canto das sereias, tapa com cera os ouvidos da tripulação de sua nau. Ao mesmo tempo, o comandante Ulisses ordena que o amarrem ao mastro para que, mesmo ouvindo o cântico sedutor, possa enfrentá-lo sem sucumbir à tentação das sereias. Assim, a respeito de Ulisses, dizem os autores:

O escutado não tem conseqüências para ele que pode apenas acenar com a cabeça para que o soltem, porém tarde demais: os companheiros, que não podem escutar, sabem apenas do perigo do canto, não da sua beleza, e deixam-no atado ao mastro para salvar a ele e a si próprios. Eles reproduzem a vida do opressor ao mesmo tempo que a sua própria vida e ele não pode mais fugir de seu papel social. Os vínculos pelos quais ele é irrevogavelmente acorrentado à práxis ao mesmo tempo guardam as sereias à distância da práxis: sua tentação é neutralizada em puro objeto de contemplação, em arte. O acorrentado assiste a um concerto imóvel, como fará o público de um concerto, e seu grito apaixonado pela liberação perde-se num aplauso. Assim, o prazer artístico e o trabalho manual se separam na despedida do antemundo. A epopeia já contém a teoria correta. Os bens culturais estão em exata correlação com o trabalho comandado e os dois se fundamentam na inelutável coação à dominação social sobre a natureza. (Adorno & Horkheimer, 1997, p. 45)

É importante frisar que a grande força da indústria cultural se verifica em proporcionar ao homem necessidades, mas não aquelas necessidades básicas para se viver dignamente (casa, comida, lazer, educação e assim por diante), e sim as necessidades do sistema vigente (consumir incessantemente). Com isso, o consumidor viverá sempre insatisfeito, querendo, constantemente, consumir e o campo de consumo se tornará cada vez maior. Tal dominação, como diz Max Jimeenez, comentarista de Adorno, tem sua mola motora no desejo de posse constantemente renovado pelo progresso técnico e científico, e sabiamente controlado pela indústria cultural. Nesse sentido, o universo social, além de configurar-se como um universo de “coisas”, constituiria um espaço hermeticamente fechado. E, assim, todas as tentativas de se livrar desse engodo estão condenadas ao fracasso. Mas a visão “pessimista” da realidade é passada pela ideologia dominante, e não por Adorno. Para ele, existe uma saída, e esta encontra-se na própria cultura do homem: a limitação do sistema e a estética.

Na *Teoria estética*, obra em que Adorno tentará explanar seus pensamentos sobre a salvação do homem, dirá ele que não adianta combater o mal com o próprio mal. Exemplo disso ocorreu no nazismo e em outras guerras. Segundo ele, a antítese mais viável da sociedade selvagem é a arte. A arte, para ele, é que liberta o homem das amarras dos sistemas e o coloca como um ser autônomo, e, portanto, um ser humano. Enquanto para a indústria cultural o homem é mero objeto de trabalho e consumo, na arte é um ser livre para pensar, sentir e agir. A arte é como se fosse algo perfeito diante da realidade imperfeita. Além disso, para Adorno, a indústria cultural não pode ser pensada de maneira absoluta: ela possui origem histórica e, portanto, pode desaparecer.

Por fim, podemos dizer que Adorno foi um filósofo que conseguiu interpretar o mundo em que viveu, sem cair no pessimismo. Ele pôde vivenciar e apreender as amarras da ideologia vigente, encontrando dentro dela o próprio antídoto: a arte e a limitação da própria indústria cultural.

Portanto, os remédios contra as imperfeições humanas estão inseridos na própria história da humanidade. É preciso que esses remédios cheguem à consciência de todos (a filosofia tem essa finalidade), pois só assim conseguiremos um mundo humano e sadio.

Para concluir

Cultura de massa: promete liberdade e impõe consumo

Nos países das Américas, pode-se constatar a presença de uma cultura de massa, alimentada e difundida pelos grandes meios de comunicação social, muito dinâmica, produzindo sempre novas e passageiras modas de consumo. Isto acaba impondo ou reforçando uma mentalidade materialista, em que tudo é subordinado ao lucro.

Assim, contraditoriamente, a “cultura de massa” se apresenta como extremamente permissiva e oferece (em teoria) a liberdade de escolha. Na realidade, porém, procura impor a todos os mesmos modelos e até os mesmos vícios de comportamento e de consumo.

Caracteriza-se por ser produzida segundo as normas de fabricação industrial, propagada por técnicas destinadas a uma massa social.

Muitas vezes, o próprio acúmulo de informações e de imagens, apresentadas em crescente velocidade, impede o desenvolvimento de qualquer atitude reflexiva e crítica, reduzindo a cultura de massa a “entretenimento”, que serve para esquecer o mundo.

A cultura de massa não é imposta nem reflete as necessidades e os desejos culturais do público; enquadra-se a esses desejos, às aspirações, tornando-se local de autorrealização, de concretização daquilo que é suprimido na “vida real”. Exemplo: as pessoas gostam de assistir a novelas, pois veem nos personagens algo que gostariam de ser em sua vida.

Tem-se, portanto, a criação de um novo público, cujo consumo homogêneo cria uma identidade de valores (de consumo), veiculados pelos meios de comunicação de massa. Há um nivelamento das diferenças sociais, como parte da padronização dos gostos.

Expandindo conhecimentos

Para pesquisar

Sites:

- Sobre o conceito de indústria cultural e cultura de massa
<http://www.unir.br/~primeira/artigo48.html>
http://www.crmariocovas.sp.gov.br/com_a.php?t=002
http://www.fecap.br/portal/Arquivos/Extensao_Rev_Liceu_On_Line/adorno.htm
- Adorno e a cultura de massa
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2003/09/08/000.htm>

7 – Movimentos sociais e ideologia

Conteúdo



- O que são movimentos sociais
- O que é ideologia
- A representatividade dos movimentos sociais

Objetivos



- Ressaltar a importância dos movimentos sociais para a sociedade
- Identificar as formas de representatividade das reivindicações sociais, conflitos e manifestações.
- Conscientizar sobre o poder da ideologia
- Identificar as funções da ideologia capitalista

Neste tópico, você deverá saber qual a importância da ideologia capitalista presente em nosso dia a dia, quais os principais valores que ela prega e dissemina pelas mais diferentes formas de expressão, de que forma a ideologia capitalista está presente no cotidiano escolar e como os movimentos sociais podem ser considerados como uma alternativa para a transformação social.

Buscaremos investigar as relações entre ideologia e alienação, distinguir as formas e manifestações ideológicas mais presentes no nosso cotidiano e atrelar o papel de educador à necessidade de elucidar as características ideológicas presentes no espaço escolar e em outros contextos sociais.

7.1. Por que os movimentos sociais são importantes para uma determinada sociedade?

Entendemos como movimentos sociais os atos coletivos praticados por pessoas que se entendem e têm interesses comuns e uma identidade comum. Dentre as formas mais importantes de representatividade social, destacamos os movimentos sociais, compreendidos como forma de resistência aos padrões impostos pela ideologia capitalista.

A ideologia deve ser compreendida como forma de alienação do homem na sociedade de consumo. Ou seja, trata-se de um conjunto de símbolos, valores e estereótipos que fundamentam a lógica da exploração e a desigualdade nas sociedades complexas.

Marx desenvolve o conceito de alienação mostrando que a industrialização, a propriedade privada e o assalariamento separavam o trabalhador dos meios de produção, que se tornavam propriedade privada do capitalista. Esta é a base da alienação econômica do homem sob o capital. Politicamente o alienava também, pois o princípio da representatividade, base do liberalismo, criou a ideia de Estado como um órgão político imparcial, capaz de representar toda a sociedade e dirigi-la pelo poder delegado pelos indivíduos. No entanto, Marx mostrou que, na sociedade de classes, esse Estado representa apenas a classe dominante e age conforme o interesse desta.

Denominam-se “mudança social” todas as variações históricas nas sociedades humanas, sendo que estas podem ocorrer de forma rápida e abrupta ou lenta, gradual. No entanto, não é a estabilidade social que marca as sociedades humanas, mas justamente sua capacidade de transformação e adaptação. O fato é que quase todas as mudanças importantes que ocorreram nas sociedades humanas envolvem aspectos sociais e culturais.

7.2. Qual a representatividade dessas manifestações e dos conflitos que estas evidenciam para o desenvolvimento e as mudanças sociais?

Os diferentes tipos de movimentos sociais se caracterizam por serem um importante contraponto aos rumos que a sociedade está tomando.

É uma forma de exercer a cidadania e reivindicar mudanças significativas para os diversos segmentos da população. Independentemente da razão de sua origem, eles deflagram os problemas em seus âmbitos específicos, propondo alternativas para a solução dos mesmos.

Problemas sociais constituem-se em situações indesejáveis que devem ser corrigidas para manter a sociedade em harmonia de acordo com os valores aceitos. (DIAS, 2005, p. 308)

Sem os movimentos sociais, dificilmente a sociedade se modifica ou atinge uma transformação coerente com os desejos e anseios de sua população. O exercício da cidadania não é tarefa fácil, pois exige, educação/conscientização, articulação, organização, acesso a informação e interesse/motivação; fatores esses que raramente são encontrados juntos em um mesmo contexto de reivindicação.

A organização dos homens não é como uma colmeia bem ordenada. A superpopulação, a multidão, a desigualdade, a discriminação, a intolerância e outras forças separatistas geram desordem, estimulam o desvio e conduzem as pessoas à revolta. É difícil abrir um jornal hoje sem ver alguém que foi

assassinado ou assaltado, algum grupo que está indignado e protestando, alguém que está abertamente se desviando das convenções, ou alguns grupos que se mantêm em um conflito declarado ou desafiando a lei. Enquanto podemos censurar esses fatos, ou até mesmo ter medo deles, deve-se reconhecer que eles são inevitáveis em uma sociedade grande e urbana, que revela desigualdades, claros padrões de discriminação e notórias injustiças. Sob estas condições, as pessoas ficam indignadas, fazem greves, encontram abrigo no desvio, elas se organizam para protestar, atacam e desrespeitam convenções, e de diversas maneiras tornam a vida mais caótica e desordenada. (TURNER, 1999, p. 179)

A amplitude das ações exercidas pelos movimentos sociais é determinada pelas questões relacionadas ao controle social, ou seja, a maneira pela qual as sociedades lidam com manifestações contrárias ao STATUS QUO (estado de coisas vigente). A vida social implica um equilíbrio contínuo entre as forças que operam para manter a ordem social e aquelas que produzem a desordem e a mudança. O que é importante ressaltar em relação aos movimentos sociais é que estes não são manifestações pela desordem, mas sim por um novo rearranjo das forças dentro da estrutura social, visando a contemplar exigências devidamente embasadas pelas necessidades dos grupos. Não se pode associar, como acreditavam os positivistas, mudança social a algo que simplesmente derivaria da evolução natural das sociedades.

Todos os movimentos sociais que produzem mudanças – o trabalhista, o abolicionista, o do direito ao voto das mulheres, o feminista atual e o dos direitos civis – surgiram e se difundem como reação às desigualdades sociais. O confronto e a violência são geralmente partes destes movimentos e operam como força para mudar e combater os esforços das macroforças do controle social. A reconciliação entre estas forças vem, eventualmente, das respostas governamentais, sejam estas pressionadas ou não pela opinião pública, elemento de grande importância para legitimar as mudanças propostas por esses movimentos.

O conceito movimento social aparece na modernidade. O tema surge no bojo de um processo de estranhamento/questionamento das instituições públicas e de alguns segmentos urbanos.

7.3. O que vem a ser ideologia?

De acordo com Marilena Chauí (2000, p. 417), a ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico. Quando, em uma determinada formação social, uma determinada forma da divisão social se estabiliza, fixa-se e repete-se, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva, que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas e pela forma de propriedade. Este estado de coisas, esta aparência passa a ser “natural”.

A naturalização (reificação, nos termos de Marx) surge sobre a forma de ideias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que sejam, produzindo assim a alienação social, ou seja, a sociedade surge como uma força estranha e poderosa que faz com que tudo seja necessariamente como é. A função da ideologia é mascarar alguns dos reais motivos da desigualdade social e da estruturação do sistema produtivo, revelando e enfatizando apenas aqueles que são “naturalmente” aceitos por todos, fazendo com que haja conformação ao padrão instituído.

Como o grupo pensante (fruto da divisão social do trabalho) domina a consciência social, este tem o poder de transmitir as ideias dominantes para toda a sociedade, através da religião, da arte, da escola, da ciência, da filosofia, dos costumes, das leis e do direito, moldando a consciência de todas as classes sociais, uniformizando-lhes o pensamento.

Ainda segundo a autora, os ideólogos são membros das classes dominantes e, como intelectuais, sistematizam as imagens e as ideias sociais da classe dominante, transmitindo-as como se fossem gerais e universais ou como valores universais abstratos. Essas imagens e ideias não exprimem a realidade social, mas representam apenas a visão da classe dominante. Podemos dizer então que a ideologia cumpre o fundamental papel de cimentar a proposta social, naturalizando as diferenças estruturais.

Para concluir

A ideologia é um fenômeno moderno, substituindo o papel que antes era feito pelos mitos e pela teologia, surgindo quando a explicação sobre a origem dos seres humanos, da sociedade e do poder político encontra a causa fora e antes dos seres humanos e de sua ação, ou seja, encontramos valores e entidades abstratos para explicar a realidade. Citemos como exemplos o homem (quando na verdade existem trabalhadores e donos dos meios de produção), a pátria, a família, a escola, o progresso...

Qual a função da ideologia capitalista? É oferecer a uma sociedade desigual, com classes antagônicas, uma identidade coletiva, uma “aparência” de unidade, ocultando assim a origem das desigualdades, dissimulando a presença da luta de classes e negando a própria existência destas desigualdades, oferecendo uma imagem ilusória de sociedade originada na liberdade e igualdade entre os homens.

Podemos dizer, portanto, que os movimentos sociais são manifestações que questionam a ideologia capitalista, propondo a transformação e o reconhecimento das desigualdades. Mas, isto só pode ocorrer com a posse das informações acerca destas injustiças sociais, ou seja, a aparente normalidade das desigualdades precisa ser posta à prova – daí o papel fundamental dos educadores, o de não simplesmente reproduzir os valores da classe dominante no espaço escolar, mas propor a discussão do estado de coisas (*status quo*) aparente e naturalizado e promover a reflexão e o debate.

Expandindo conhecimentos

Para pesquisar:

Sites:

- Relação entre ideologia e educação
<http://hps.infolink.com.br/peco/boeira01.htm>
http://www.educacaoonline.pro.br/educacao_ideologia.asp?f_id_artigo=183
<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>
http://www.agoranet.org.br/az_ilm.htm
- PDF:
<http://www.google.com.br/search?q=ideologia+e+educa%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&lr=&start=10&sa=N>

Filme:

- *O show de Truman – o show da vida*
 Este filme nos remete justamente à ideia de que a ideologia, os valores, normas e ideias de uma dada realidade social determinam nossas relações sociais e a nossa percepção do que é ou não real. Procure verificar de que forma a ideologia é transmitida para a personagem ocultando o que realmente ocorre e revelando para ela apenas elementos que a mantêm como parte integrante de um sistema social construído artificialmente, a ilha Seaheaven.

8 – Identidade nacional

Conteúdo



- Identidade Nacional
- Brasil: um laboratório racial e os teóricos da identidade.
- Elementos alçados à condição de tipicamente nacionais

Objetivos



- Apresentar a construção da identidade nacional brasileira
- A identidade cultural como construção simbólica.
- Demonstrar as possíveis relações de poder oriundas do processo cultural.

Introdução

Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior; ela é uma diferença, uma contraposição. Se existe um consenso em torno da afirmação de que o Brasil é distinto dos outros países, este uníssono está longe de se estabelecer quando nos aproximamos de uma possível definição do que viria a ser o nacional.

Não é de hoje que os intelectuais brasileiros fazem menção a uma certa carência cultural nacional, criticam a falta de tradição local ou ficam resignados com a inexistência de singularidades que nos distingam enquanto nação (SCHWARCZ, 1995). Exemplo revelador nesse sentido é Silvio Romero. Famoso intelectual da geração de 1870, Romero lastimava a “pouca originalidade da cultura brasileira” e apontava para a cópia como uma pista, sinal revelador de nosso maior mal: “Essa mania de passar pelo que não somos”.

Exemplos desse tipo poderiam se multiplicar, mas no conjunto serviriam apenas para ilustrar aquilo que Roberto Schwarz chamou de “mal-estar da cópia”, ou seja, esse sentimento negativo que temos em relação à produção nacional e a concomitante necessidade de cobrar uma certa singularidade local.

Como um desdobramento incômodo, ao lado do mal-estar da cópia, encontra-se um outro tipo de desconforto, quase paralelo: a questão da identidade nacional.

Tomemos como exemplo o caso da Inglaterra e da França. Segundo Norbert Elias, estas nações pouco questionaram a própria identidade; ela é um fato e basta. Segundo Elias: *as perguntas “o que é realmente ser francês? o que é realmente ser inglês?” há muito deixaram de ser assunto de discussão para franceses e ingleses. Durante séculos, porém, a questão da identidade alemã foi tema premente.* A tardia unificação da Alemanha, no final do século XIX, sugere a necessidade de criação de tradições locais e da “descoberta” de sua identidade nacional. Assim, a preocupação com a temática da identidade é estimulada por questões conjunturais (políticas, culturais, econômicas), que sugerem a necessidade de delimitação de fronteiras simbólicas.

É possível apontarmos alguns paralelos entre a situação alemã e uma certa postura de diferentes gerações intelectuais brasileiras, que de forma repetitiva e em momentos significativos de nossa história se perguntavam: “que país é esse?”, “o que faz do Brasil, Brasil?”. Se essas perguntas são incômodas e continuam a reclamar respostas, o certo é que o tema não é nada recente (SCHWARCZ, 1995).

8.1. A identidade nacional

De acordo com a antropóloga Lília Schwarcz (1995), o momento-chave para compreender a identidade no Brasil foi, sem dúvida, a emancipação política de 1822. Nesse contexto, era preciso não apenas oficializar nossa separação da metrópole portuguesa, como também levar a cabo um conjunto de medidas emergenciais, todas elas justificadas em termos de seu papel estratégico.

1. Uma das primeiras atitudes foi fundar faculdades de Medicina, já em 1829. Com a chegada inesperada da Corte portuguesa, em 1806, e a falta de médicos residentes e formados no país, a população ficava à mercê das mais variadas moléstias, que só tendiam a se proliferar diante da insalubridade vigente. Nesse ambiente, a criação de faculdades de Medicina não representava um exercício de ilustração, mas uma exigência pragmática premente.
2. Não bastava, porém, tornar o país saudável; era imprescindível criar uma inteligência local e munir a nação de leis próprias, que formalizassem a sua soberania. Por esse motivo, em 1826, foram fundadas as primeiras faculdades de Direito do país – no Recife e em São Paulo – e começavam a se delinear os esboços de uma Constituição nacional, diversa do modelo português vigente até então.

3. No entanto, mais inusitada foi a terceira instituição, criada em 1839: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E mais revelador ainda é o primeiro concurso promovido por esse estabelecimento, em 1844, cujo título “Como escrever a história do Brasil” já é em si sugestivo. Assim, após equipar o país com advogados e médicos, era preciso criar uma história para a nação, “inventar nossa tradição”, como diria Hobsbawm (1984), já que, como se comentava abertamente nas páginas da revista do Instituto, “não há país sem história”.

O resultado desse concurso foi inesperado. O vencedor, o naturalista alemão Karl von Martius, defendia a tese de que nossa história era, na realidade, miscigenada. Tamanha incongruência e artificialidade! Era um estrangeiro quem inaugurava, portanto, o conhecido “mito das três raças” (Matta, 1981), que se revelava como uma boa bengala para pensar a nacionalidade e a história específica do Brasil-nação (SCHWARCZ, 1995). “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla” (MARTIUS, 1991). O resultado desse concurso despropositado aponta para o fato de que a história do Brasil era a história das relações inter-raciais, uma forma específica de constituir civilização.

8.2. Brasil, um laboratório racial: os teóricos da identidade

“Durante todo o século XIX, o país se convertera no paraíso dos naturalistas que, a princípio, procuravam pela flora e pela fauna e acabavam descobrindo a novidade da miscigenação” (SCHWARCZ, 1982: 160), sendo vista pelas lentes de uma ciência evolutiva e determinista que instituiu a desigualdade entre os homens, transformando em utopia a possibilidade de igualdade. Tal situação chocava-se com as pretensões da recente República de 1889, que trazia na legislação o direito à cidadania. “A imagem da República tomava volume e, aliada a ela, surgia uma série de ideias ‘liberais’ que traziam críticas (...) à escravidão e à falta de igualdade”. (SCHWARCZ, 1996: 38)

A presença de viajantes no Brasil, somada à ciência determinista, fez do país um ‘laboratório racial’. “Naturalistas como Aimard (1888), Agassiz (1868), Gobineau (1853), Spix e Martius (1981), entre outros, emocionavam-se com a beleza da flora, a variedade da fauna, mas condenavam os hábitos indígenas – considerando-os como a infância da civilização – e, acima de tudo, o cruzamento biológico e cultural: costumes misturados, religiões miscigenadas” (SCHWARCZ, 1996: 161). O mais interessante é perceber que este era um discurso não apenas estrangeiro, uma vez que muitos intelectuais brasileiros importavam tais teorias, transformando-as em baluartes nacionais: “*Na segunda metade do século XIX, o advento, no Brasil, do positivismo e do evolucionismo, exigia de quem se aventurasse pela filosofia uma fundamentação científica do pensamento*” (Idem, *Ibid.*).

Nina Rodrigues, médico baiano, perfilhava a introdução da frenologia no Brasil e argumentava a favor da existência de dois códigos penais – um para brancos e outro para negros, o que levava a crer que as raças, sendo diferentes ontologicamente, necessitavam de separação judicial e física. Para ele, a pureza é sempre melhor que a mistura, e, por ser o Brasil uma nação em formação, cabia aos médicos a finalização desse produto não acabado. No Rio de Janeiro, a situação não era diferente; a atuação dos médicos cariocas voltava-se para a cura da sociedade, por meio da intervenção na realidade brasileira. Adeptos da eugenia defenderam a esterilização do mestiço como forma de “aprimorar a raça”.

De outro lado, e não com menos força, estavam os “homens de Direito”, que também viam a questão racial como tema cabal. A esse respeito, é possível mencionar Sílvio Romero, que na Faculdade de Direito de Recife, ao mesmo tempo em que observava na mestiçagem a peculiaridade brasileira, percebia no branqueamento a solução para o país.

Cabe dizer que “Sílvia teve uma admiração sem limites pelas correntes do tempo e, até o fim de sua vida, não perdeu mais certo ar de novo-rico da cultura, usando e abusando de termos técnicos, inventando designações, apelando a cada instante para os mentores. Os principais dentre eles foram Buckle, Taine, Haeckel e Spencer” (CANDIDO, 1988: 30). Para ele, o elemento branco tendia a predominar, dado o desaparecimento progressivo do índio, a extinção do tráfico de africanos e a imigração europeia. Assim, “dentro de dois ou três séculos, a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado (...) o futuro povo brasileiro será uma mescla áfrico-indiana e latino-germânica, se perdurar, como é possível, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana” (ROMERO, 1949: 55).

Da mesma forma, João Batista de Lacerda (1846-1915) estimava o desaparecimento de negros e índios por meio do vaticínio de um branqueamento inexorável do Brasil. Para ele, “*on a déjà vu, après trois générations, des fils de métis présenter tous les caractères physiques de la race blanche*” (LACERDA, 1911 : 18).

É salutar registrar como essas teorias arranhavam a ideia de igualdade e depositavam nos negros e mestiços a culpa pelos ‘males da nação’, de tal forma que “se raça foi um conceito negociado, a concordância estava na condenação do cruzamento extremado” (SCHWARCZ, 1988: 162).

Foi sobretudo a partir dos anos 1920 que os modelos raciais de análise foram submetidos a diatribes, transformando o foco de investigação dos intelectuais, que, ligados ao poder público, passaram a refletir sobre políticas culturais. “Estava em curso um movimento que negava não só o argumento racial como também o pessimismo advindo das teorias darwinistas sociais que detravam a miscigenação aqui existente. Autores como Nina Rodrigues, Sílvia Romero, João Batista de Lacerda, Oliveira Vianna e mesmo o contemporâneo Paulo Prado – cujo livro *Retratos do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira* data, também, de 1928 – interpretam, com ênfases e modelos diferentes, os impasses e problemas advindos do cruzamento experimentado no Brasil” (SCHWARCZ, 1988: 192).

Se a década de 1920 pode ser caracterizada pela erupção constante de críticas e oposições à sociedade oligárquica, “os anos 1930, praticamente iniciados com a queda da República Velha, são anos – pelo menos até 1937 – de intenso debate político, principalmente porque havia a possibilidade de realização prática dos programas e inovações que haviam surgido na década anterior” (FILHO, 1987: 36). Esse período marca o surgimento de uma intelectualidade urbana e é a época em que a realidade brasileira, passada e presente, torna-se a questão-chave das discussões.

Os anos 1930 se diferenciaram como um momento de grande dilatação do próprio campo da cultura. É possível dizer que “o estreitamento da intelectualidade beletrista, característica do período anterior, provoca tanto uma intensificação e aprofundamento das discussões quanto uma melhoria nas próprias condições de produção do saber” (Idem, *Ibid.*).

8.3. Elementos alçados à condição de “tipicamente” nacionais

8.3.1. Feijoada

A feijoada hoje é destacada como um “prato típico da culinária brasileira”. Originalmente conhecida como comida de escravos, a feijoada se converte, a partir dos anos 1930, em “comida nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem associada à ideia da nacionalidade.

O feijão-preto e o arroz branco remetem metaforicamente aos elementos negro e branco de nossa população. A eles misturam-se ainda os acompanhamentos: a couve representa o verde das nossas matas e o amarelo da laranja é um símbolo de nossas potenciais riquezas materiais. Era assim que, na cultura popular e mestiça, se buscava a cultura nacional.

8.3.2. Capoeira e futebol

A aproximação positiva entre as noções de nacionalidade e de mestiçagem constituiu matéria-prima para a elaboração de símbolos nacionais, sobretudo ao longo das décadas de 1930 e 1940.

Exemplos reveladores nesse sentido são a capoeira e o futebol. Reprimida pela polícia do final do século XIX e incluída como crime no Código Penal de 1890, a capoeira é oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. A partir daí, a capoeira passa a ser vista como uma herança.

O futebol é outro esporte associado imediatamente à nossa identidade. Intitulado de futebol arte, evidencia o sentido de que o improvisado, a ginga e o “jeitinho brasileiro” se sobrepõem à técnica e ao preparo.

Trata-se, mais uma vez, da exaltação do elemento mestiço na cultura brasileira.

8.3.3. Samba e carnaval

Assim como a capoeira, o samba também passou, durante o século XIX, por trajetórias diversas. De “dança de preto” a canção brasileira para exportação, o samba passou por percursos variados até se transformar em “produto genuinamente nacional”. O carnaval, cuja origem é europeia, também foi apropriado pelo brasileiro e eleito um dos elementos de nossa identidade nacional, cada vez mais revestido de *glamour* e requinte.

8.3.4. A malandragem

A malandragem evidencia o processo acelerado de elaboração de um conjunto de sinais diacríticos que apontam para uma identidade brasileira mestiça e, nesse sentido, distinta do restante do mundo. Identidade como fruto de um duplo processo: olhar de fora pra dentro e de dentro pra fora.

O samba, a capoeira, o futebol, a mulata, o candomblé e o malandro são, em graus diferentes, transformados em ícones nacionais, produzidos e reproduzidos interna e externamente. Esse é o período de criação do famoso Zé Carioca, que representava de forma mimética a simpática malandragem carioca, na recusa ao trabalho regular e na prática de expedientes temporários que garantiam uma boa sobrevivência.

Nas décadas de 1930 e 1940, esses elementos são apropriados pelos órgãos da imprensa do Estado Novo. Conviviam, assim, duas imagens contraditórias da malandragem mestiça: uma negativa, que associava a mestiçagem à falta de trabalho, à vagabundagem, à criminalidade potencial, e outra positiva, que imperou no contexto em que o malandro é definido como um sujeito bem-humorado, bom de bola e de samba, carnavalesco zeloso.

Por meio da versão Zé Carioca da malandragem, reintroduzia-se, nos anos 1950, o modelo do “jeitinho brasileiro”, a concepção freyriana de que no Brasil tudo tende a amolecer e a se adaptar.

Enfim, o malandro parece personificar com perfeição a velha fábula das três raças, numa versão mais recente e exaltadora.

Jorge Amado é um dos escritores mais lidos no exterior, e seu universo é repleto de capoeiras, mulatas, samba e malandros. Nos esportes, defendemos sempre a ideia de que vence a nossa “ginga malandra”; jornada nas estrelas no vôlei; Senna ganhava na chuva; do futebol só se espera arte e improvisado.

O mestiço surge constantemente reinventado como espaço da ambiguidade, suporte de representações, intermediário entre negro e branco.

Se a identidade é sempre fluida, relativa, situacional – uma resposta política a um contexto político –, não é, porém, um fenômeno totalmente aleatório. Sua primeira condição é a utilização de símbolos inteligíveis, disponíveis e eficazes.

8.4. Zé Carioca: a personagem que sintetiza a identidade nacional

A década de 1930 também presenciou a transformação da cultura mestiça em expressão oficial da nação. É essa mestiçagem que se ressignifica em malandragem no início do século e se converte em ícone nacional na figura preguiçosa de Macunaíma, de Mário de Andrade, ou, então, na personagem de Zé Carioca, criada por Walt Disney, em 1942, para o filme *Alô, amigos*. Nessa ocasião, Zé Carioca, bebendo cachaça e dançando samba, introduziu o Pato Donald nas terras brasileiras, o mais famoso e teimoso pato da Disney.

Tamanho foi o sucesso do simpático papagaio brasileiro que, três anos depois, a mesma personagem voltava às telas, desta vez como estrela principal do exótico desenho *Você já foi à Bahia?*, que apresentava ao público norte-americano “as belezas dessa terra alegre de Carmen Miranda”. Com efeito, era o próprio olhar que vinha de fora que reconhecia naquele “malandro simpático” (Disney) uma espécie de síntese local ou, ao menos, uma boa imagem a ser exportada.

O papagaio não pertence nem ao domínio da natureza nem ao da cultura, situando-se em uma região limítrofe entre os dois mundos, o que lhe possibilita transitar com facilidade de uma esfera para outra. Tal ambiguidade pode ser entendida pelo fato de, por um lado, ser uma ave que fala, o que aumenta a indeterminação que o cinge, aproximando-o da cultura, mas, por outro, não sendo humano, ter em sua cor a representação da flora brasileira, o verde exuberante das matas, ligando a ave à natureza.

Desde o início do desenho, o papagaio esteve muito bem marcado por um sinal particular, por um traço indelével do seu caráter especial, revelado para nós de modo substantivo, quer dizer, por meio de um sinal intrínseco, seu ‘jeitinho bem brasileiro’, traduzido por sua gíngua e pelo seu bom humor.

A atitude de Zé Carioca afasta as formalidades e introduz o pato Donald “num universo marcado pela criatividade musical e gestual, típica das fronteiras e dos interstícios do domínio social onde grassa a malandragem” (DA MATTA, 1979: 204), em que as regras são inventadas pelo coração.

O malandro é um personagem intersticial, ou seja, ambíguo. Ele aparece nas páginas de textos literários, na fabulação de contos folclóricos e até mesmo no universo dos quadrinhos e dos desenhos animados, movimenta-se com habilidade pela estrutura social e tem como marca “*a recusa de trabalhos regulares* (o que fica bem evidente no desenho) e *a prática de expedientes temporários para garantir a boa sobrevivência*” (SCHAWARCZ, 1996: 198), além da alegria contagiante. Assim é Zé Carioca, simpático, pronto para ajudar e muito bem-humorado, individualizado pelo seu jeito de vestir, falar e andar. Desse modo, as características condensadas na figura do papagaio, que, assim como o malandro (e embora por outros motivos que foram acima mencionados), agem também na fronteira, conferem um “poder mágico” à imagem do personagem, revestindo o desenho em uma série de ambiguidades (malandragem, mestiçagem e a ave que fala), fazendo com que o objetivo do desenho fosse atingido – a malandragem mestiça adquire, então, uma versão internacional, e o papagaio torna-se esteio do indivíduo brasileiro.

O nosso malandro Zé Carioca, concebido a partir da visão que ‘o outro’ tem do Brasil, incorpora estereótipos, dúvidas e curiosidades advindas do olhar desses estrangeiros (representados pelo Pato Donald) com relação à cultura brasileira, onde a imagem formada é aqui absorvida, não passivamente, e tida como representação do próprio brasileiro, sendo interiorizada ao mesmo tempo em que é exportada. “*Era o olhar vindo de fora que reconhecia no malandro uma síntese local: a mestiçagem, a ojeriza ao trabalho, a valorização da intimidade nas relações sociais*” (SCHWARCZ, 1998: 199).

Destarte, a representação da imagem do malandro Zé Carioca não dramatiza o biográfico, o único, mas generaliza e padroniza aquilo que foi tomado como modelar, de modo que, para o brasileiro, é como ver-se a si mesmo em um espelho. Além disso, “*no Brasil (...), o personagem*

nunca deve ser o homem comum, aquele que na dramatização representa a si próprio por meio de sua rotina achatada e desinteressante” (DA MATTA, 1979: 199). Daí toda a magia que envolve o desenho e, em especial, o Zé Carioca, que faz com que a linha tênue que separa o que é ficção (e distorção) do que não é se esfume, fortalecendo ainda mais a imagem do malandro papagaio como suporte de representação do brasileiro e, por consequência, dos costumes nacionais e daqueles tidos como tais.

8.5. A mestiçagem como mácula

Em meados do século, o Brasil aparecia descrito, sobretudo nas obras dos cientistas estrangeiros, como um grande laboratório racial, degenerado em função da mistura extremada.

Tratava-se, mais uma vez, de reconhecer na miscigenação uma certa singularidade, mas uma singularidade negativa, uma mácula a comprometer o futuro, um sinal máximo de nossa degeneração. O Brasil não era só o local da convivência harmoniosa entre brancos, negros e índios, como também o território da miscigenação biológica, com todas as suas implicações.

A mestiçagem surgia nesse contexto, portanto, como uma grande incógnita, uma ambiguidade instaurada bem no meio do mito otimista das três raças. Era a aura romântica dessa fábula que surgia arranhada, quando os índios e, sobretudo, os negros começavam a ser considerados como incapazes de chegar à civilização.

Conviviam, no entanto, imagens opostas. De um lado, a miscigenação representava a detração, mas, de outro, não deixava de nos singularizar e nos transformar em alvo dileto da curiosidade alheia. Assim, alguns autores, como Nina Rodrigues, encontravam poucas razões para exaltar a mistura de raças – e viram nela um sinal de nosso fracasso.

Silvio Romero, mesmo defendendo a existência de diferenças ontológicas entre as raças, apostou na ideia de que a mistura poderia ser positiva. “Formamos um país mestiço (...) somos mestiços, se não no sangue, ao menos na alma” (Romero, 1953), afirmava esse representante da geração de 1870, retomando dessa forma uma vertente do pensamento nacional que reconhecia na miscigenação das raças uma originalidade local.

Com esta postura de Romero conviviam outros modelos: desde a visão segregacionista das escolas de Medicina, até as teorias de branqueamento de autores como João Batista Lacerda, que apregoava que o Brasil ainda seria branco. “Graças a esse processo de redução étnica, é lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção da raça negra entre nós”. (Lacerda, 1911, pp. 18-9)

Silvio Romero aponta uma lista das teorias que teriam contribuído para a superação do pensamento romântico: o positivismo de Comte (1798-1857); o darwinismo social; o evolucionismo de Spencer (o simples – “povos primitivos” – evolui naturalmente para o mais complexo – sociedades ocidentais). Procurava-se estabelecer as leis que presidiam o progresso das civilizações.

Tem-se que o evolucionismo contribui para legitimar ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientam a história dos povos.

O estágio civilizatório do país se encontrava, de imediato, definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus. Torna-se necessário, assim, explicar o atraso brasileiro e apontar para um futuro próximo a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, enquanto nação.

O dilema dos intelectuais dessa época estava voltado para a compreensão da defasagem entre teoria e realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional.

Meio e raça se constituíam em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira. A compreensão da natureza e dos acidentes geográficos esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Dessa maneira, fica evidente que o tema

racial aparecia, em tal contexto, como argumento fundamental na definição da identidade nacional. Nesse momento, afirmar a miscigenação era de alguma forma entender “que país era este”.

Concepção absolutamente vitoriosa, a promessa de um Brasil branco surgia como uma variação da “fábula das três raças” e começava a aparecer nos mais diversos domínios: nos jornais, nos romances e mesmo nos projetos de lei que passavam a privilegiar a vinda de mão de obra branca e europeia em detrimento de braços asiáticos e africanos.

O que nos surpreende, ao retomarmos as teorias explicativas sobre o Brasil, elaboradas em fins do século XIX e início do XX, é a sua implausibilidade: como foi possível a existência de tais interpretações, e, mais ainda, que elas tenham se alçado ao *status* de ciência.

A questão racial, tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil, adquire um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional.

A história brasileira é apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a “natureza” indolente do brasileiro, a tibieza das elites dirigentes, o nervosismo e a sexualidade dos mulatos.

Para concluir

Identidade e construção do Estado brasileiro

A identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro. Um problema se tornou clássico na discussão da cultura brasileira: o da autenticidade. (SWCHARCZ, 1995)

Toda identidade é uma construção simbólica; não existe uma identidade autêntica e original, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais, em momentos históricos diferentes.

Falar em cultura brasileira é falar em relações de poder. O estudo dos escritores do século XIX mostra a existência de um pensamento autóctone, brasileiro. A luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima.

Colocar a problemática dessa forma é dizer que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado.

A partir desse momento, o mestiço virou nacional, paralelamente a um processo crescente de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto.

Expandindo conhecimentos

A seguir alguns links importantes que deverão ser utilizados para consultas, pesquisas, curiosidades etc.:

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546-X2002000100003&lng=pt&nrm=iso
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade_nacional
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Malandragem>

Referências

As ideias apresentadas ao longo de nosso curso podem ser aprofundadas através da leitura dos textos sugeridos a seguir.

BERGER, P. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

DIAS, R. A perspectiva sociológica. In: *Introdução à sociologia*. São Paulo: Pearson, 2005.

MARTINS, C. B. *O que é sociologia?* Coleção Primeiros Passos. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.

TURNER, J. Introdução. In: *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo: Makron Books, 2003.

COHN, G. (org.) *Para ler os clássicos*. Rio Janeiro: Azougue, 2005.

DURKHEIM, E. *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1995.

ARON, R. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2003.

CHAUÍ, M. *O que é dialética?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARX, K; ENGELS, F. Coleção *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1994.

NAVES, M. B. *Marx: ciência e revolução*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2000.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

WEBER, M. Coleção *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LAPLATINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*. São Paulo: Ática, 1988.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ROCHA, E. *O que é etnocentrismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, J. L. dos. *O que é cultura*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. Coleção *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1988.

COELHO, T. *O que é indústria cultural*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*. Vol I. e Vol II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- PENTEADO, H. D. *Televisão e escola: conflito ou cooperação*. São Paulo: Cortez, 1999.
- THALMANN, R. *A república de Weimar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BENJAMIN, W. Coleção *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1988.
- COELHO, T. *O que é indústria cultural*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*. Vol I. e Vol II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- PENTEADO, H. D. *Televisão e escola: conflito ou cooperação*. São Paulo: Cortez, 1999.
- THALMANN, R. *A república de Weimar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CASTELLS, M. *Movimentos sociais urbanos*. México: Siglo XXI, 1977.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, nº. 29, pp. 49-63, out. 1995.
- _____. *Negras imagens*, org. Schwarcz, L. M. & Reis, L. V. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. *Retrato em branco e preto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- _____. “Nem preto, nem branco; muito pelo contrário”. In: *História da vida privada no Brasil* 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.